

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

LOURENÇO KAWAKAMI TRISTÃO

**ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O COOPERATIVISMO
NO BRASIL**

**FLORIANÓPOLIS
2017**

LOURENÇO KAWAKAMI TRISTÃO

**ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O COOPERATIVISMO
NO BRASIL**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina
CAD7305 como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Administração pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Estudos Organizacionais

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira

**FLORIANÓPOLIS
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tristão, Lourenço
ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O
COOPERATIVISMO NO BRASIL / Lourenço Tristão ; orientador,
Sérgio Boeira, 2017.
83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Cooperativismo. 3. Guerreiro Ramos.
4. Aliança Cooperativista Internacional. 5. Racionalidade
Substantiva. I. Boeira, Sérgio. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Lourenço Kawakami Tristão

**ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O COOPERATIVISMO
NO BRASIL**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela
Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, XX de XXXXX de 2017.

Prof. Martin de La Martinière Petroll, Dr.
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Maurício Roque Serva de Oliveira, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Renê Birochi, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicatória

Aos meus pais que sempre estiveram prontos para ajudar-me e apoiar-me nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que ao longo da graduação se dedicaram para cultivar o que existe de melhor em seus discentes.

Agradeço especialmente ao professor Sérgio Luís Boeira, mentor sábio, que conseguiu conduzir a desordem das minhas ideias na direção coerente desta monografia.

Agradeço também aos meus pais que com muito carinho sempre me apoiaram e ofereceram suporte em minhas jornadas.

RESUMO

Nesta pesquisa procuramos realizar uma análise da produção acadêmica sobre o cooperativismo. Para selecionar uma amostra significativa utilizamos critérios qualitativos procurando selecionar as publicações nos melhores periódicos brasileiros. Esses critérios foram a pré-classificação pela plataforma Scielo e as classificações Qualis Capes Administração, Contabilidade e Turismo A1, A2, B1 e B2. A análise foi construída com base nos estudos críticos organizacionais, especialmente no enfoque de Guerreiro Ramos. Como objetivos específicos do estudo procuramos classificar as publicações em duas categorias distintas, a saber, correlacionando-se positivamente com os valores e princípios cooperativistas, e correlacionando-se negativamente com os valores e princípios cooperativistas. Ao final da análise concluímos que as publicações em sua maioria se correlacionam positivamente com os valores e princípios cooperativistas. Entretanto, se constatou que existem grandes desafios a serem enfrentados pelo cooperativismo, e que é de grande importância o debate sobre o papel dos pesquisadores na proteção da identidade cooperativista, assim como no desenvolvimento das potencialidades do modelo de empreendimento cooperativista. Destaca-se também a relevância das contribuições de Guerreiro Ramos, em relação aos estudos críticos organizacionais, e da Aliança Cooperativista Internacional, em relação à defesa da identidade cooperativista, nas discussões sobre o cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativismo. Guerreiro Ramos. Aliança Cooperativista Internacional. Gerencialismo. Racionalidade Substantiva.

ABSTRACT

In this research We intended to accomplish an analysis of the academic publications about cooperativism. To select a significant sample We adopted qualitative criteria, intending to select the publications in the best Brazilian periodicals. This criteria was the pre-classification under the Scielo platform, and the Qualis Capes Business, Accounting, and Tourism A1, A2, B1 and B2. The analysis was build in the bases of the critical organizational studies, especially under the focus of Guerreiro Ramos As specific objectives of this study We intended classify the publications in two categories, the first to the researches where correlation was positive with the principles and values of the cooperativism, and the second to the researches where negative with the principles and values of the cooperativism. At the end of the analysis. Although it was also found that exist huge challenges to be defied by the cooperativism, and that is also very important the debate about the rule of the researchers in the protection of the cooperative identity, as it is about the development of the potentialities of the entrepreneurship cooperative model. We also highlight the importance of the contributions of Guerreiro Ramos, about the organizational critical studies, and of the Cooperative International Alliance, about the defense of the cooperative identity, in the debate about cooperativism.

Keywords: Cooperativism. Guerreiro Ramos. Cooperative International Alliance. Managerialism. Substantive Rationality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 História do cooperativismo	15
2.1.1 Os pioneiros de Rochdale.....	20
2.2 Princípios cooperativistas	23
2.2.1 1º Princípio – Associação Aberta e Voluntária	25
2.2.2 2º Princípio – Controle Democrático dos Membros	27
2.1.2 3º Princípio – Participação Econômica dos Membros	28
2.2.4 4º Princípio – Autonomia e Independência	30
2.2.5 5º Princípio – Educação, Treinamento e Informação	32
2.2.6 6º Princípio – Cooperação entre Cooperativas	33
2.2.7 7º Princípio – Preocupação com a Comunidade	34
2.3 Racionalidades instrumental e substantiva	36
2.3.1 Racionalidades por Guerreiro Ramos	37
2.3.2 Prática das racionalidades de Guerreiro Ramos	41
2.4 Gerencialismo	45
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	57
4.1 Correlações negativas	62
4.2 Correlações positivas	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A	83

1 INTRODUÇÃO

Ao deparar-se com os milhares de livros em uma biblioteca é difícil não questionar os motivos que levam à produção de tanto conhecimento.

Provavelmente, a primeira resposta que surge à mente educada é, produz-se conhecimento para solucionar os problemas enfrentados pela sociedade humana. A busca por solucionar problemas está presente em todas as áreas científicas.

Entretanto, fosse concluída aqui essa especulação, afirmado-se que a motivação da produção de conhecimento é a solução dos problemas da sociedade humana, levantar-se-ia a dúvida, o que leva então a um problema a ser resolvido e outro preterido? O que leva os pesquisadores a escolherem entre solucionar um problema “A” frente a outro problema “B”.

E não estariam nessas escolhas, sobre quais problemas merecem ou precisam ser solucionados, a maior motivação dos que produzem conhecimento?

E por essas escolhas não ajudariam a moldar o futuro da sociedade humana, a cada conhecimento produzido?

Com estas considerações em mente este trabalho tem como objetivo analisar as escolhas de enfoques dos autores na produção de artigos sobre o cooperativismo, publicados nos principais periódicos brasileiros de Administração. Pois, acredita-se que, dialogando com as questões levantadas nos parágrafos anteriores, os enfoques dos autores direcionam o estudo do cooperativismo e ajudam a moldar o futuro da nossa sociedade. E ainda, que o tema cooperativismo é de grande importância para a sociedade humana, conforme os motivos que serão expostos a seguir.

Inicialmente, a importância do cooperativismo está no papel desenvolvido pelas cooperativas na história da economia de mercado.

As cooperativas representam nessa história uma constante luta para a existência de uma alternativa às empresas controladas por acionistas, oferecendo e propagando formas de trabalho mais democráticas e inclusivas.

Trazem em sua história variabilidade a um mercado dominado pela disputa entre esquerda e direita, oferecendo uma alternativa que transita e é aceita por ambas as vertentes ideológicas dominantes.

Outro ponto importante para estudar-se o cooperativismo diz respeito aos grandes desafios que as cooperativas têm enfrentado na sociedade de mercado contemporânea.

Esses desafios estão relacionados a própria existência do cooperativismo, a

manutenção de sua identidade, valores e princípios.

Mesmo posicionando-se como uma alternativa que aceita e compartilha o espaço com outras vertentes ideológicas, o cooperativismo não se mantém livre de ofensivas que procuram descaracterizá-lo, seja por críticas ao seu modelo de empreendimento, seja por tentativas de cooptação do modelo para ideologias de esquerda e/ou direita, seja por grupos mal intencionados que se utilizam das legislações cooperativistas para cometer fraudes.

O cooperativismo é um modelo diferenciado e único de empreendimento, representando muito provavelmente o modelo de maior sucesso frente as empresas controladas por acionistas, e que agrega à nossa sociedade variabilidade, fator tão fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento.

Entretanto, o cooperativismo tem perdido espaço dentro das atividades acadêmicas. Conforme afirma a Aliança Cooperativista Internacional (ACI) (2015, p.51) o estudo do cooperativismo tem perdido espaço nas universidades, onde “muitos cursos existentes sobre o cooperativismo, particularmente nas economias em desenvolvimento, estão sendo desligados e substituídos pela ênfase em iniciativas ‘sem fins lucrativos’ [...]”, o que enfraquece a linha de estudo do cooperativismo.

Destaca a ACI (2015, p.38) que uma das preocupações fundamentais desde os primórdios do cooperativismo, desde os tecelões de Rochdale, e também de outros cooperativistas pioneiros, foi a proteção do significado do cooperativismo, da proteção da sua identidade, seus valores e princípios. Que como se levantou nos parágrafos anteriores corre risco.

Nesta pesquisa, portanto, ao analisar-se os enfoques das publicações sobre o cooperativismo, procurou-se contribuir para a proteção desse modelo de empreendimento. Acreditando-se que ao colocar-se em evidência o embate ideológico existente nos enfoques dos autores que pesquisam o cooperativismo no Brasil, também se aumenta a consciência sobre o poder de influência dessas escolhas.

De forma complementar esta pesquisa também abordou a relação entre o cooperativismo e as racionalidades substantivas e instrumentais, conforme discutidas por Guerreiro Ramos em seu livro “A Nova Ciência das Organizações” (1989).

Considerou-se essa relação importante devido à proximidade entre os conceitos propostos por Guerreiro Ramos (1989) e as bases que sustentam os princípios e valores cooperativistas.

Guerreiro Ramos (*ibid*) construiu sua teoria propositiva com base em uma extensa bibliografia, abordando desde os clássicos com Platão e Aristóteles, passando por Weber, Mannheim, até os críticos da Escola de Frankfurt, e Vogelin. Com base nesses autores propôs que uma sociedade não deve nunca deixar extinguir a tensão existente entre indivíduo e sociedade, criticando fortemente os sistemas ideológicos contemporâneos que considerou sociomórficos, sistemas que procuram tornar o indivíduo totalmente adaptado a sociedade em que vive.

A crítica de Guerreiro Ramos (*ibid*) se estendeu tanto ao sistema capitalista quanto ao sistema socialista, pois para o autor ambos os sistemas são sociomórficos.

Outro aspecto levantado pelo autor diz respeito ao conceito de racionalidade na sociedade contemporânea, de acordo com Guerreiro Ramos (*ibid*) atualmente tem ocorrido uma transavaliação de sentido no conceito de racionalidade.

Para o autor (*ibid*, p.2-3) o conceito de racionalidade em seu sentido original era compreendido como “uma força ativa da psique humana” que habilitava o ser humano a distinguir “entre bem e mal, entre o conhecimento falso e verdadeiro”, ou seja, algo que permitia aos indivíduos ordenar sua vida pessoal e social. Entretanto, esse conceito de racionalidade teria sido considerado como inadequado aos objetivos da sociedade contemporânea que subtraiu desse o lado da ordenação pessoal do indivíduo, mantendo somente o sentido social.

Como resultado, Guerreiro Ramos (*ibid*, p.32) afirmou que não somente as sociedades mas as próprias vertentes da sociologia têm trabalhado com um conceito de indivíduo “sociomórfico”, uma visão que reduz o indivíduo a nada além do que um ser social. E que em função disso só consegue enxergar a atualização e desenvolvimento do indivíduo como sua total socialização.

Com base nesses questionamentos, Guerreiro Ramos (*ibid*) resgatou o conceito de racionalidade, trabalhando com as noções de racionalidade substantiva e instrumental, que consideram a ordenação social e individual como distintas; e defendeu diversas formas como essa distinção afeta nossa sociedade como um todo.

A relação desse conceito de racionalidade, que abarca tanto uma noção substantiva quanto uma instrumental, aproxima-se das cooperativas de diversas formas, e portanto, também dos objetivos tratados nesta pesquisa.

Em relação ao tema desta pesquisa, pode-se afirmar que assim como a sociedade

contemporânea tem adotado uma visão sociomórfica do indivíduo, as empresas controladas por acionistas também refletem essa mesma visão. Em contraposição os empreendimentos cooperativistas são pioneiros em negar o sociomorfismo, inculcando em seus princípios e valores cooperativistas considerações a respeito da emancipação individual dos cooperados.

Em outras palavras, pode-se afirmar que se nas empresas controladas por acionistas predomina fortemente a racionalidade instrumental, voltada aos resultados e fins da empresa; nos empreendimentos cooperativistas se propõe que coexistam tanto as racionalidades substantiva quanto a instrumental em equilíbrio.

Em relação ao problema, a teoria de Guerreiro Ramos (*ibid*) se aplica ao trabalho, pois de acordo com os enfoques dos autores nos artigos analisados se poderá distinguir se nas próprias publicações predomina uma racionalidade instrumental ou se existe equilíbrio entre as racionalidades substantiva e instrumental. O que pode ir contra ou ao encontro dos princípios e valores do cooperativismo.

As aproximações da abordagem teórica de Guerreiro Ramos (*ibid*) com o tema e o problema discutidos nesta pesquisa justificam a sua presença teórica na discussão, pois a relevância dessa teoria na problematização das dificuldades enfrentadas tanto em relação a questão da identidade cooperativista quanto em relação ao problema desse estudo reforçam a importância do debate das questões propostas.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com os estudos sobre o cooperativismo ao iniciar um debate sobre a importância do posicionamento dos pesquisadores ao estudar-se o cooperativismo. Acreditando-se que com uma visão mais clara da forma como os artigos publicados nos principais periódicos brasileiros têm trabalhado o tema cooperativismo, será possível realizar um debate maior e mais consciente sobre os propósitos do cooperativismo e dos próprios motivos que guiam o interesse dos pesquisadores que estudam o cooperativismo no Brasil.

Esta pesquisa, entretanto, não busca sugerir qual a abordagem deveria ser utilizada pelas publicações, mas somente iniciar os questionamentos e debates sobre o assunto.

Ressaltando-se, entretanto, como argumento de abertura para o debate, os questionamentos sobre a responsabilidade da manutenção da identidade cooperativista pelos pesquisadores que estudam o tema, o impacto dessas decisões sobre o desenvolvimento do cooperativismo e suas potencialidades, e a importância da variabilidade de modelos de empreendimento e associações para a sustentabilidade do próprio mercado.

Dessa forma, este estudo apresenta os seguintes objetivos de pesquisa:

a) Objetivo Geral:

- Analisar qual o enfoque dos artigos sobre o cooperativismo publicados nos principais periódicos brasileiros de Administração.

b) Objetivos Específicos:

- Verificar quais as pesquisas estudadas na amostra correlacionam seus enfoques metodológicos-teóricos positivamente com os princípios e valores cooperativistas;
- Verificar quais as pesquisas estudadas na amostra correlacionam seus enfoques metodológicos-teóricos negativamente com os princípios e valores cooperativistas;
- Discutir as correlações encontradas relacionando com a teoria levantada para embasar a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordadas as fundamentações teóricas utilizadas como base para esta pesquisa. Inicialmente será realizada uma breve contextualização da história do cooperativismo, com o objetivo de esclarecer suas origens e elementos intrínsecos ao seu surgimento; em seguida, serão expostos os princípios cooperativistas, apresentando-se individualmente cada princípio e suas implicações; em seguida, as racionalidades instrumentais e substantivas de Guerreiro Ramos serão apresentadas, assim como sua relação com a teoria cooperativista discutida, e sua aplicação para este trabalho; e por último, uma breve apresentação do gerencialismo, teoria que estará presente no trabalho como contraponto aos princípios e valores cooperativistas.

2.1 História do cooperativismo

Embora a cooperação seja uma maneira de agir inerente ao ser humano e a vida de uma forma geral, e que em diversos momentos da história da humanidade tenham existido comunidades que tiveram na cooperação sua base de desenvolvimento, o cooperativismo atual tem suas origens como modelo de empreendimento bem delimitadas na história contemporânea.

De acordo com Frantz (2012, p.11) a compreensão do desenvolvimento do cooperativismo não pode limitar-se a descrição dos fatos em sua ordem cronológica, mas deve primeiramente “extrair deles a experiência humana”, e também “destacar os principais pensamentos e visões das experiências de cooperação”.

O cooperativismo foi desenvolvido por meios que misturaram tanto a produção de conhecimento teórico quanto de experiências práticas. Surgiu da busca de pessoas que desejavam encontrar um modelo de sociedade que fosse mais justa, e que não contentando-se com a teorização de modelos ideais, dedicaram também suas vidas a tentativas de implementação prática de sistemas cooperativistas.

Os experimentos sociais desenvolvidos por esses precursores do cooperativismo foram muito provavelmente alguns dos maiores experimentos econômicos controlados realizados na história da economia de mercado, senão os maiores, considerando-se que o modelo de empresas controladas por acionistas não surgem como uma experiência controlada, mas sim de um processo empírico e que os estudos subsequentes visam seu aperfeiçoamento, mas não

o antecedem.

Frantz (*ibid*, p.14) afirma que o cooperativismo traz em sua origem histórica a noção de trabalho conjunto, e que diversos fundamentos filosóficos permeiam a base desse modelo, entre eles, o humanismo, que busca a valorização do homem pelo que ele é e não pelo que ele possui; a solidariedade, que propõe a ajuda-mútua entre as pessoas; a justiça social, que determina a distribuição de acordo com a participação de cada um; a liberdade, baseada na autodeterminação individual; a democracia, cada pessoa um voto e decisão pela maioria; a participação, todos devem ser incluídos e terem a oportunidade de fazer parte das atividades; a responsabilidade, que discute a necessidade de responder pelas decisões tomadas pelo grupo.

Esses fundamentos filosóficos permeiam a obra e as experiências dos diversos precursores do cooperativismo. De acordo com o levantamento detalhado realizado por Klaes (2005) as bases do cooperativismo moderno tem origem principalmente na obra e experiências dos seguintes precursores, Robert Owen, François Marie Charles Fourier, William King, Philippe Joseph Benjamin Buchez, e Jean Joseph Charles Louis Blanc, embora o autor considere que muitos outros também contribuíram para o seu desenvolvimento.

Considerando a importância do pensamento e visão de cada um desses precursores para o cooperativismo moderno, a seguir se destacam de forma sintetizada as principais contribuições de cada um deles para o cooperativismo, de acordo com o levantamento realizado por Klaes (*ibid*, p.49-85):

a) Robert Owen (1771-1858): Considerado como o principal pioneiro do cooperativismo inglês, nasceu no país de Gales filho de artesões. Na vida adulta iniciou como aprendiz na indústria, mas rapidamente escalou posições até tornar-se ele mesmo um forte industrial têxtil.

Entretanto, Owen sempre possuiu grandes preocupações sociais, e buscou aplicar isso em sua própria indústria têxtil. Suas experiências marcaram fortemente a época em que viveu, e ajudaram a dar novos rumos sociais, econômicos, políticos, trabalhistas e educacionais para a sociedade do período.

Seu principal empreendimento foi a sua indústria têxtil, localizada em *New Lanark* (Escócia), onde Owen colocou em prática grande parte dos valores no qual acreditava, obtendo grande sucesso nessa tarefa.

Entre as ações realizadas por Owen em seu empreendimento se destacam:

- Redução da jornada de trabalho;
- Proibição do trabalho de crianças;
- Criação de escolas gratuitas para crianças;
- Abolição do sistema de multas aos operários;
- Concessão de habitações condignas para os trabalhadores;
- Organização de poupanças para os trabalhadores;
- Limitação dos juros sobre o capital da empresa.

Outra contribuição relevante de Owen foi a criação da “Associação de todas as Classes de Todas as Nações”, fundada em Londres, em 1835, para a divulgação de suas ideias. A associação tinha como objetivo fomentar a realização de reformas pacíficas pela criação de novas organizações comunitárias autônomas, assim como viabilizar as estruturas de capital necessárias para esse fim. Essa associação deu origem a muitas outras organizações, entre elas, a “Aliança Cooperativista Internacional”;

b) François Marie Charles Fourier (1772-1837): Considerado o principal pioneiro do cooperativismo francês, nasceu em *Besançon*, na França, em uma família de ricos comerciantes de tecidos. Acaba perdendo toda a sua fortuna quando as tropas da Convenção Nacional, durante a Revolução Francesa, invadem a cidade de *Lyon*.

Assim como Owen, desenvolveu princípios cooperativos baseados na associação voluntária e democrática, e o de empreendimentos que tivessem por objetivos servir a necessidade de seus membros em comunidades autônomas. Também buscou integrar os consumidores aos produtores eliminando intermediários supérfluos. Proclamou o direito de trabalho de todos os cidadãos indistintamente, e a retribuição dos resultados do trabalho aos trabalhadores de forma proporcional aos trabalhos realizados pelos mesmos;

c) William King (1786-1865): Foi um médico e pioneiro do cooperativismo, nascido na cidade de *Brighton*, na Grã-Bretanha. Estimulou a organização de uma importante rede de organizações que possuíam traços cooperativos.

A sua visão era a de que como as riquezas em seu tempo eram adquiridas pelo comércio, o fortalecimento dos mais pobres deveria ocorrer ao dar a esses acesso ao consumo, especialmente em relação as necessidades de alimentação, vestuário e habitação. Portanto, estimulou que os trabalhadores poupassem parte do produto de seu trabalho, e que se unissem para utilizar esses recursos para a formação do seu próprio capital, com o qual poderiam comprar e vender produtos a partir de uma melhor posição de negociação, eliminando os intermediários desnecessários que lucravam com essas operações.

King foi responsável por criar em 1827 um empreendimento voltado para a consecução desses objetivos, “*The Cooperative Trading Association*”, e também incentivou a criação de mais de trezentos outros empreendimentos nesse mesmo modelo;

d) Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865): Nascido em *Doische* na Bélgica, mas que na época era uma cidade que pertencia a França, foi um historiador, sociólogo e político, foi um dos precursores das cooperativas de trabalho.

Incentivou a formação de grupos de trabalhadores, os quais Buchez dividia em dois grandes grupos, os de trabalhadores artesãos que desempenhavam tarefas que exigiam um aprendizado considerável e que se utilizavam de ferramentas de baixo custo e fácil transporte, como carpinteiros, sapateiros, pedreiros, etc.; e os de trabalhadores fabris que desempenham tarefas com a ajuda de máquinas pesadas e de alto custo.

Nesses grupos propunha que fossem evitadas a utilização de intermediários, que retinham parte considerável do lucro dos trabalhadores e elevavam o preço dos produtos para o consumidor, também defendia a criação de um fundo indivisível do grupo de trabalho. Buchez dava muita importância para esse fundo “indivisível, indissolúvel e inalienável”, pois para ele era uma forma proteger essas associações, para que não deixassem de lado o foco no benefício geral dos trabalhadores e se convertessem em empresas que buscassem beneficiar somente algum determinado grupo de associados;

e) Jean Joseph Charles Louis Blanc (1812-1882): Filho de Joseph Bonaparte, irmão de

Napoleão Bonaparte, e inspetor-geral de finanças do Rei da Espanha. Durante a Revolução de 1830, perdeu a maior parte de sua riqueza, mas conseguiu formar-se em Direito tornando-se um defensor da classe operária.

Blanc propunha a criação de Oficinas de Trabalho, que seriam associações de trabalhadores de um mesmo ramo de produção, essas associações deveriam ser inicialmente financiadas pelo Estado que em um período inicial também deveria nomear diretores, mestres e contramestres para as associações. Em um segundo estágio, depois que as associações já estivessem estabelecidas, os próprios associados elegeriam seus representantes.

Defendia o pagamento de juros sobre o capital da empresa por um período limitado, que cessariam depois de um determinado tempo. Também era um defensor de um fundo indivisível para as associações. Outro ponto importante defendido por Blanc era o Direito ao Trabalho, de acordo com Blanc a sociedade deveria prover as pessoas de educação e demais condições para permitir que seus cidadãos pudessem desenvolver livremente suas habilidades, e pudessem trabalhar sem depender dos detentores de maior capital.

A visão desses pensadores e realizadores, precursores do cooperativismo moderno, também se deve em grande parte ao período histórico no qual estavam inseridos. De acordo com Frantz (2012, p.16-18) as mudanças que levaram a busca por uma forma de empreendimento mais justa com os trabalhadores começam com a Revolução Industrial no final do século XVIII. O autor afirma que embora as transformações da era industrial tenham trazido muitos benefícios também trouxe grandes problemas, como o desemprego e a exploração da mão de obra dos trabalhadores. O tempo de trabalho das pessoas passou ao controle da indústria, e a lógica das relações de mercado e do interesse de capital trouxe problemas para a classe trabalhadora principalmente em aspectos relacionados a alimentação, vestuário e habitação.

Embora esses precursores buscassem propor modelos de empreendimentos mais justos com os trabalhadores, e que esses modelos fossem baseados na cooperação, nenhum deles chegou a um modelo completo de estrutura cooperativa que perdurasse. Apesar disso, os grandes esforços e investimentos dispendidos, influenciaram o cooperativismo moderno, e auxiliaram o desenvolvimento a organização que é o modelo fundador do cooperativismo

moderno, a Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale, em 1844.

Conforme afirma Frantz (*ibid*, p.18) apesar da cooperativa dos pioneiros de Rochdale não ter iniciado o movimento cooperativo, esse “se transformou em um modelo de organização que conseguiu superar as inúmeras dificuldades de cooperação” e que soube “sistematizar as inúmeras experiências de cooperação, realizadas ao longo de décadas de esforço pela superação de problemas sociais graves”.

A cooperativa dos pioneiros de Rochdale foi a primeira a alcançar um modelo de empreendimento que atendesse as necessidades para o funcionamento de uma organização cooperativa no contexto daquela realidade socioeconômica. Também vêm dos Pioneiros de Rochdale os princípios e valores cooperativistas, utilizados como base para a análise deste trabalho, que foram revisados durante o passar das décadas pela Aliança Cooperativista Internacional, mas que mantêm em sua essência os princípios e valores do cooperativismo iniciado em Rochdale.

2.1.1 Os pioneiros de Rochdale

A criação da Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale foi o mais importante fato cooperativista colocado em prática até os dias de hoje, pois foi o primeiro modelo de empreendimento cooperativista que conseguiu superar as dificuldades de desenvolver-se um empreendimento baseado na cooperação dentro de uma sociedade de mercado.

Conforme citado na seção anterior, antes dos pioneiros de Rochdale existiram diversos precursores do cooperativismo, sendo os principais, Robert Owen, William King, Philippe Buchez, e Jean Blanc. Esses precursores foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma ampla base teórica sobre como desenvolver empreendimentos baseados em cooperação, e também foram responsáveis por diversas experiências práticas nesse sentido, em escala inigualada dentro da sociedade de mercado. Tanto a base teórica desenvolvida por esses precursores, como os resultados de sucessos e fracassos de suas experiências práticas, serviram como fundamentos para o desenvolvimento do cooperativismo moderno.

Entretanto, é somente com o desenvolvimento da Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale que o cooperativismo ganha o formato atual. O empreendimento iniciado pelos 28 tecelões de Rochdale conseguiu organizar em um modelo exequível grande parte do que seus precursores não conseguiram, e os valores e princípios estabelecidos em Rochdale servem de base até hoje para o cooperativismo. Dessa forma, é importante repassar parte da história

desses trabalhadores que realizaram por iniciativa própria uma grande mudança na história do cooperativismo.

O relato mais completo que se tem publicado a respeito da Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale foi escrito por George Jacob Holyoake, contemporâneo do empreendimento e testemunha ocular dos fatos que marcaram o seu desenvolvimento. Em sua obra “Os 28 Tecelões de Rochdale”, Holyoake, descreve com precisão a sucessão de fatos e sentimentos envolvidos que levaram ao desenvolvimento desse empreendimento.

Os acontecimentos que culminaram no surgimento desse empreendimento cooperativista, de acordo com Holyoake (1933), se iniciam em 1843 época de grande prosperidade das indústrias de flanelas da região de Rochdale. De acordo com o autor, parte da classe operária dos tecelões, devido a sua má remuneração em contraste com a prosperidade da indústria na qual atuavam, decidiram por pedir um aumento de salários para seus empregadores. Entretanto, a condição imposta pelos industriais para o aumento era de muito difícil realização, eles propuseram que era necessário que uma maioria dos industriais da região aceitasse também dar o aumento a seus trabalhadores, deixado ao encargo dos trabalhadores convencer os demais industriais a conceder esse aumento. Depois da mal sucedida empreitada dos trabalhadores em busca desse aumento ocorreram diversos movimentos grevistas e debates políticos, até que um grupo decidiu que deveriam buscar uma solução alternativa para os problemas que estavam enfrentando.

De acordo com Holyoake (*ibid*, p.16-17) os tecelões constataram que como trabalhadores possuíam duas grandes desvantagens, em relação aos industriais a falta de capital e em relação aos comerciantes a falta de provisões, e que para poderem ter alguma chance de diminuir a exploração sobre eles precisavam solucionar esses problemas.

A solução acreditavam esses trabalhadores deveria ser diferente das que já haviam tentado anteriormente, como greves ou tentativas de pedir ajuda aos industriais, e decidiram que essa solução deveria vir da ajuda-mútua entre os trabalhadores.

Os trabalhadores decidiram então que desembolsariam cada um o valor de dois *pences* por semana, e que esses valores seriam acumulados para a consecução dos seus objetivos, eliminar as desvantagens que possuíam em relação aos industriais e comerciantes. Existia à frente dos trabalhadores uma longa jornada até que esse capital fosse suficiente para fazer alguma diferença, tempo que utilizaram para projetar a melhor forma de utilizar esse capital.

De acordo com Holyoake (*ibid*, p.21) os projetos iniciais dos pioneiros consistiam em:

criar um armazém para a venda de comestíveis, roupas, etc.; comprar ou construir casas para os membros; fabricar artigos que a sociedade julgasse conveniente para empregar os membros que estivessem sem emprego; adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros que estivessem sem emprego.

Entretanto, de acordo com o autor (*ibid*, p.22-23) mesmo com o aumento no número de membros de 28 para 40, e o aumento da quota de dois *pences* para três, levaram-se alguns anos até que os trabalhadores reunissem a quantia de 28 libras e pudessem dar início ao seu empreendimento.

Holyoake (*ibid*, p.24) relata que o aluguel da sala onde se daria o empreendimento custava 10 libras por ano, pouco mais que um terço do valor arrecadado, e que as provisões iniciais consistiam de manteiga, açúcar, farinha de trigo e aveia. Ainda de acordo com o autor (*ibid*, p. 27) apesar da qualidade dos artigos vendidos serem piores do que as comercializadas nos armazéns normais e o preço frequentemente mais alto, esses inconvenientes eram menores em relação aos fins que pretendiam alcançar. Apesar disso, relata também que foi necessário um trabalho de educação junto aos trabalhadores para que esses não pensassem somente nos fins imediatos, ou seja, menores preços e melhor qualidade. Segundo o autor (*ibid*, p.33) vender os produtos por preços de mercado e não de custo visava também o acúmulo de capital para a expansão do empreendimento.

Vale destacar algumas das regras estabelecidas pelos pioneiros e que segundo Holyoake (*ibid*) foram fundamentais para o sucesso do empreendimento. Entre elas, realizar as transações comerciais somente a vista, pois consideravam o crédito como um grande mal para o desenvolvimento dos trabalhadores que viviam sempre endividados; a distribuição dos lucros acumulados de acordo com a utilização dos serviços do empreendimento e não de acordo com as quotas, pois isso criaria um vínculo maior entre o empreendimento e seus membros; e a limitação dos juros sobre o capital empregado no empreendimento.

De acordo com Holyoake (*ibid*, p.37-38) o progresso da Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale foi ano a ano materializando-se, de forma lenta mas constante, e mesmo frente a diversas crises que afetaram a sociedade na época o empreendimento cooperativista se mostrou resistente, mantendo seu crescimento mesmo nesses períodos difíceis. Em 1849, já contava com 392 sócios, um capital de 1326 libras, e vendas médias semanais de 19 libras.

O empreendimento dos tecelões de Rochdale se desenvolveu com solidez, e continua

atuando no mercado até os dias atuais, mais de 170 anos depois¹. O nome atual do empreendimento é *Co-operative Group*, e atualmente ele é propriedade de mais de 8 milhões de membros, sendo o quinto maior varejista do setor de alimentos do Reino Unido. O grupo também atua nos setores de seguros, auxílio funerário, apoio jurídico, eletrificação, e imóveis.

2.2 Princípios cooperativistas

O desenvolvimento da Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale deixou como legado para o movimento cooperativista os princípios e valores cooperativistas, que são a base ideológica até os dias atuais do movimento cooperativista, e sintetizam a identidade cooperativista.

A partir de 1930, a Aliança Cooperativista Internacional (ACI) passou a adotar os princípios e valores cooperativistas visando preservar essa identidade.

De acordo com Frantz (2012, p.18-20) desde o seu surgimento com os Pioneiros de Rochdale os princípios cooperativistas sofreram somente quatro revisões pela ACI em, 1930, 1938, 1966, e 1995. As mudanças podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 01 - Evolução dos Princípios Cooperativistas².

(continua)

Pioneiros de Rochdale.	1ª Revisão dos Princípios pela ACI. (1930)	3ª Revisão dos Princípios pela ACI. (1966)	4ª Revisão dos Princípios pela ACI. (1995)
1. Controle democrático: um voto por pessoa.	2. Controle democrático	2. Gestão democrática.	2. Gestão democrática pelos membros.
2. Livre adesão: entrada e saída livre.	1. Livre adesão	1. Adesão livre (incorpora a neutralidade política, religiosa, racial e social).	1. Adesão voluntária e livre.
3. Limitação do juro ao capital.	4. Limitação do juro ao capital	4. Taxa limitada de juros ao capital	4. Autonomia e independência.

1 *Who we are?* Site do *Co-operative Group*. Disponível em: <<http://www.coop.co.uk/corporate/aboutus/an-introduction/>>. Acesso em: 11-11-2016.

2 No quadro os Princípios foram organizados de maneira que as linhas do quadro seguem os Princípios originais dos Pioneiros de Rochdale, enquanto a numeração representa a ordem proposta em cada revisão. Essa forma de organizar foi escolhida com o objetivo de melhorar a visualização da evolução dos Princípios. A revisão de 1938 não alterou nenhum Princípio, e portanto não foi incluída no quadro, nessa revisão a ACI considerou que os 4 primeiros Princípios são fundamentais, enquanto os demais seriam secundários com o objetivo de apoiar a consecução dos primeiros.

Quadro 01 - Evolução dos Princípios Cooperativista

(conclusão)

4. Retorno de excedentes.	3. Retorno de excedentes	3. Distribuição das sobras: - ao desenvolvimento da cooperativa; - aos serviços comuns; - aos associados “pro rata” das operações.	3. Participação econômica dos membros.
5. Vendas à vista.	6. Vendas à vista	(Deixa de ser um Princípio)	
6. Venda de mercadorias de boa qualidade.	(Deixa de ser um Princípio)		
7. Educação econômica e cooperativa.	7. Educação cooperativista	5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral.	5. Educação, formação e informação.
8. Neutralidade política e religiosa.	5. Neutralidade política e religiosa	(Incorporado ao Princípio da Adesão Livre)	
		6. Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.	6. Intercooperação.
			7. Interesse pela comunidade.

Fonte: Adaptado de Frantz (2012, p.18-20)

Pode-se observar no quadro que embora os princípios tenham sido revisados com o tempo, buscam manter em sua essência os mesmos valores que identificam o cooperativismo. Regras técnicas como a venda à vista e a qualidade dos produtos deixam de ser princípios, pois são aspectos relacionados ao mercado de cada época. Outros princípios como a limitação dos juros sobre o capital e o retorno dos excedentes ganham caráter mais amplo e complexo, procurando representar mais a essência que levaram a criação dessas regras em sua origem, e de forma ampla agora se referem à autonomia e independência e participação econômica dos membros. Novos princípios também surgem, procurando atualizar as cooperativas com a evolução social, e também consolidar práticas importantes que já ocorriam dentro do cooperativismo. Esses novos princípios são a ajuda entre as cooperativas e para a comunidade na qual as cooperativas estão inseridas.

A Aliança Cooperativista Internacional foi criada em 1895 durante o 1º Congresso Cooperativista, contando com representantes de cooperativas de diversos países. O objetivo da criação da ACI foi o de fornecer informações sobre o cooperativismo, definir e defender os Princípios Cooperativistas, e promover a comercialização cooperativista internacional³.

De acordo com Drimer e Drimer (1981, p.388) a ACI pode ser classificada como uma “confederação internacional de organizações cooperativistas”, pois tem como membros essencialmente federações e outras associações nacionais de cooperativas. O autor afirma que a ideia de criar um organismo que estreitasse os vínculos entre as cooperativas em todo o mundo correspondia aos fundamentos do cooperativismo, e entre as experiências que antecederam a criação da ACI cita a “Associação de Todas as Classes, e de Todas as Nações” criada por Robert Owen em 1835.

A última revisão dos Princípios Cooperativistas ocorreu em 1995, entretanto, mesmo a aplicação dos princípios revisados na prática pode ser difícil. Isso porque para cada país existem diferentes legislações e realidades político-sociais atuantes, e também a velocidade com que as mudanças nos mercados ocorrem é cada vez maior.

Dessa forma, visando compreender essas dificuldades práticas assim como oferecer às cooperativas dos diversos países orientação para a aplicação dos princípios cooperativistas, a ACI abriu em 2013 uma consulta para identificar as realidades das cooperativas ao redor do mundo e compará-los com os princípios cooperativistas⁴.

O resultado dessa consulta e análise das realidades locais culminou, em 2015, nas Notas de Orientações para os Princípios Cooperativistas Sendo que em 2015, onde são relacionadas as realidades locais com a aplicação prática dos princípios cooperativistas. Esse documento serviu como base para o levantamento realizado sobre os princípios neste trabalho, conforme será apresentado nas próximas seções.

2.2.1 1º Princípio – Associação Aberta e Voluntária

O conceito de associação aberta e voluntária é definido pela ACI (2015, p.03) como “Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e que desejam aceitar as responsabilidades da associação, sem discriminação de

3 *History of ICA*. Disponível em: <<http://www.ica.coop/en/history-ica>> Acesso em: 13-11-2016.

4 *Co-operators are Invited to Help Define the Co-operative Principles*. Disponível em: <<http://ica.coop/en/media/news/co-operators-are-invited-help-define-co-operative-principles>>. Acesso em: 13-11-2016.

gênero, de raça, política, social ou religiosa”.

A instituição afirma que (*ibid*, p.04) esse princípio tem sido central desde o início do cooperativismo, e um direito reconhecido pela Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas e na Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas de 1966.

Entretanto, esse direito e princípio em diversos momentos históricos foi violado, e em alguns locais ainda é. São comuns, por exemplo, normas culturais que fazem restrições discriminatórias relacionadas ao gênero e religião.

A violação também ocorre em locais onde governos utilizam cooperativas como mecanismos de controle do desenvolvimento, e exigem a associação obrigatória de parte da população.

Esse desrespeito a liberdade também pode ocorrer de formas mais sutis, como pela imposição de legislações nacionais, taxas e sistemas administrativos, que não reconheçam a natureza específica do cooperativismo, tratando esse empreendimento da mesma forma que empresas controladas por acionistas, e, dessa forma, dificultando a viabilidade desse modelo de empreendimento e o direito de livre associação dos cidadãos sob esse regime legal administrativo.

Outro ponto destacado pela ACI (*ibid*, p.05-06) diz respeito às responsabilidades da associação. A instituição aponta que esses deveres variam de cooperativa para cooperativa, mas que de forma geral incluem, exercício do voto, participação nas reuniões, utilização dos serviços da cooperativa, e provimento de capital.

Existem casos onde membros desejam participar das cooperativas somente quando o mercado enfrenta dificuldades, mas que não estão dispostos a participar quando os mercados estão bons, esse tipo de posicionamento também fere o princípio da associação aberta e voluntária, pois a aceitação das responsabilidades de membro é intrínseco a esse princípio.

A instituição também ressalta (*ibid*, p.07) a importância das ações inclusivas, considerando a necessidade de ações pró-ativas por parte das cooperativas visando possibilitar a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. E também em relação aos jovens, que nem sempre recebem oportunidades, necessárias para participar ativamente do controle da cooperativa. A ACI considera o controle ser exercido somente pelos membros mais velhos é prejudicial para o desenvolvimento e o sucesso das cooperativas, sendo necessários programas que visem treinar e capacitar os mais jovens a assumirem posições de liderança.

A ACI (*ibid*, p.10;25) destaca outros dois pontos que devem ser foco da atenção ao se discutir a associação aberta e voluntária, são considerações a respeito do valor das quotas-partes e o comércio com não membros.

Sobre o valor das quotas-partes, é importante que não sejam valores excludentes que impossibilitem a filiação. E em relação ao volume de negociações com não membros, a ACI considera que embora seja válido realizar negociações com não membros para melhorar as finanças das cooperativas, caso o volume de negociações com não filiados supere as negociações com membros, é necessário realizar uma investigação dos motivos que tem levado a esse fato.

2.2.2 2º Princípio – Controle Democrático dos Membros

O controle democrático dos membros é definido como:

Cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na definição das políticas e nas tomadas de decisão. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Em cooperativas primárias os membros possuem direito de votos iguais (um membro, um voto) e cooperativas em outros níveis também são organizadas de uma forma democrática. (ACI 2015, p.10)

A criação de uma estrutura de governança que garanta o controle real das cooperativas pelos seus membros é um dos pontos destacados pela ACI (2015, p.12), segundo a instituição, não existe um modelo único para a governança em uma cooperativa, entretanto, essa deve ter como objetivo proteger a cooperativa do risco de usurpação do poder por uma elite que deseje autoperpetuar-se no poder, ou pelos administradores. Além da governança, as cooperativas devem incentivar o alto nível de participação dos membros, pois essas ações também garantem um controle democrático pleno.

Outro ponto destacado em relação ao controle democrático é a questão da representatividade, de acordo com a ACI (*ibid*, p.13) os conselhos e comitês eleitos devem refletir a diversidade de membros existentes em uma cooperativa. Caso essa diversidade não esteja sendo representada nos cargos eleitos, ações devem ser tomadas para corrigir esses problemas. A instituição ainda destaca que a educação e o treinamento dos segmentos menos

representados, com o intuito de capacitá-los e incentivá-los a se candidatarem aos cargos eletivos, é a principal ferramenta que as cooperativas devem adotar para a solução desse problema.

A disponibilização de informações aos membros para que eles possam acompanhar as operações da cooperativa também é referida pela instituição. De acordo com a ACI (*ibid*, 14) membros eleitos devem apresentar regularmente prestações de contas, relatórios financeiros, e relatórios do estado dos negócios aos membros, em linguagem acessível para que mesmo os membros sem treinamento formal em finanças consigam compreender.

A utilização dos meios digitais e da tecnologia para a divulgação das informações também é incentivada, embora a ACI ressalte que o valor dos encontros presenciais não deve ser substituído pelas novas tecnologias.

A ACI (*ibid*, p.18) também destaca a importância da compreensão por parte dos administradores das cooperativas dos objetivos e interesses dos membros, para que a administração esteja de acordo com esses interesses.

Embora sejam os administradores que executem a gestão do dia a dia das cooperativas, esses devem ter em mente que as decisões importantes e estratégicas devem passar pelos membros das cooperativas, e que os administradores devem viabilizar por métodos de transparência das informações que os membros estejam cientes dessas questões relevantes e que possam ter a última palavra em relação a elas. Apesar disso a instituição considera que os administradores devem ter autonomia para tomar as decisões do dia a dia, uma vez que os papéis de membros e administradores estejam bem delimitados pelas estruturas de governança das cooperativas.

2.1.2 3º Princípio – Participação Econômica dos Membros

O princípio da participação econômica dos membros é definido como:

Membros contribuem de forma igualitária para, e democraticamente controlam, o capital de sua cooperativa. Ao menos parte do capital normalmente é propriedade comum dos cooperados. Membros normalmente recebem uma compensação limitada, se alguma, pelo capital subscrito como uma condição para a associação. Membros alocam os recursos excedentes para qualquer um dos seguintes propósitos: desenvolver a sua cooperativa criando reservas, que serão ao menos

parcialmente indivisíveis; beneficiando membros na proporção de suas transações com a cooperativa; e prestando suporte a outras atividades aprovadas pelos membros. (ACI, 2015, p.20)

Nas Notas de Orientação que guiam os leitores em relação aos Princípios Cooperativistas, a ACI (2015, p.24) observa que embora as dimensões econômicas de uma cooperativa sejam importantes, as aspirações e necessidades sociais e culturais devem ser consideradas em igualdade com as econômicas. Isso pois as cooperativas são “empreendimentos de comprometimento humano por e das pessoas que são membros desse, e que fazem do cooperativismo uma realidade econômica, social e cultural”, ou seja, as cooperativas, apesar da dimensão econômica inerente as atividades que executam, são empreendimentos voltados para servir as pessoas e suas aspirações e necessidades, e não para atuarem em favor do capital.

A ACI (*ibid*, p.25) também descreve a diferença entre os papéis acionários de uma empresa controlada por acionistas e as quotas-partes de uma cooperativa, relacionando com os diferentes objetivos de cada tipo de empreendimento.

De acordo com a instituição, enquanto o papel acionário de uma empresa controlada por acionistas, mesmo que seja uma parte igual em relação aos demais acionistas, tem foco na geração de retorno para o investidor, ganho de capital, e é um produto negociável; uma quota-parte de uma cooperativa é um capital de trabalho comum para o funcionamento do empreendimento, e para que as aspirações e necessidades de seus membros sejam alcançadas, não podendo ser negociada.

A instituição (*ibid*, p.26) afirma que em alguns casos pode ser necessária uma compensação aos membros em relação ao capital investido, mas essa compensação não deve ir além daquele para manter o valor relativo do investimento dos membros, como, por exemplo, as perdas inflacionárias.

Em relação as reservas indivisíveis, a ACI (*ibid*, p.27) afirma que essas são uma riqueza comum da cooperativa, podendo ser acumuladas por múltiplas gerações, e portanto, não podendo ser apropriadas ou retiradas por uma geração específica. Essa riqueza pertence a cooperativa como uma entidade legal, e que o termo mais adequado para expressar o direito dos membros em relação a essas reservas seria o “usufruto”, ou seja, os membros possuem o direito de utilizar o que se possui, mas não podem dividir e retirar essa propriedade para o seu benefício individual. Esse mecanismo também é uma proteção contra tentativas de

desmutualização de uma cooperativa.

A utilização das sobras líquidas também é um ponto discutido pela ACI (*ibid*, p.31), os critérios apresentados pela instituição para orientar o investimento das sobras líquidas geradas pelo empreendimento cooperativista são:

- a) desenvolvimento da cooperativa;
- b) modernização, infraestrutura, e recursos humanos;
- c) novas atividades cooperativistas com o objetivo de diversificação;
- d) pagar o retorno sobre o capital investido pelos membros;
- e) apoiar atividades culturais e sociais aprovadas pelos membros.

Um último ponto observado em relação a esse princípio pela ACI (*ibid*, p.29) diz respeito ao levantamento de capital de fontes alternativas. A instituição afirma que em muitos momentos podem ser necessários investimentos além das quotas dos membros, entretanto alerta para os riscos de perda de autonomia que podem ocorrer caso se crie uma dependência de credores externos à cooperativa, dessa forma, sugere a seguinte prioridade para a captação de recursos externos: 1. os próprios membros da cooperativa; 2. outras cooperativas e instituições financeiras cooperativas; 3. títulos sociais e investidores sociais; 4. bancos comerciais e investidores financeiros. Deve-se observar, portanto, que os investidores financeiros e bancos comerciais são colocados como última alternativa para a captação de recursos para uma cooperativa.

2.2.4 4º Princípio – Autonomia e Independência

O conceito sobre o qual é definido o princípio que trata sobre a autonomia e independência é definido por:

Cooperativas são organizações de ajuda-mútua e autônomas controladas por seus membros. Caso elas entrem em acordo com outras organizações, incluindo governos, ou levantem capital de fontes externas, elas o fazem de forma a garantir o controle por seus membros e manter a autonomia de sua cooperativa. (ACI, 2015, p.34)

O engajamento das cooperativas com governos e legisladores sempre foi uma dificuldade e uma necessidade enfrentadas pelas cooperativas. A ACI (2015, p.38) afirma que é uma prioridade para o cooperativismo auxiliar em um debate que promova um contexto legal onde as características distintas dos empreendimentos cooperativistas sejam reconhecidas.

A instituição (*ibid*, p.36-37) também afirma que, o reconhecimento pela ONU em sua Resolução 56/114 em sua Assembleia Geral em 2001, que se refere à necessidade dos países criarem um ambiente legal e administrativo que garanta o suporte para a proteção e desenvolvimento do potencial das cooperativas, e também a incorporação pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua Recomendação 193 da definição de “cooperativa” da pela Aliança Cooperativista Internacional, enfatizam a importância do papel dos governos na valorização e desenvolvimento das cooperativas.

A ACI faz a ressalva, entretanto, que o engajamento com os governos não pode representar a perda de autonomia e independência por parte das cooperativas.

Conforme descrito na seção anterior, a recomendação principal em relação ao financiamento das suas atividades é a de que as cooperativas mantenham o autofinanciamento como principal fonte de recursos, evitando assim a perda de sua autonomia para investidores externos. De acordo com a ACI (*ibid*, p.40) em diversos momentos na história das cooperativas acordos com investidores externos levaram a perda do controle das cooperativas, que se viram obrigadas a conduzir seu empreendimento conforme acordos financeiros e obrigações de conformidade com os investidores.

As negociações com outras organizações e corporações comerciais também podem representar perigo a autonomia e independências das cooperativas. A ACI (*ibid*, p.41) aponta que com o crescimento nas últimas décadas dos grandes conglomerados corporativos, e o aumento de poder desses na cadeia de suprimento, muitas vezes impõem acordos injustos às partes mais fracas de uma negociação comercial. Para se protegerem desses acordos injustos é sugerido que as cooperativas procurem não tornar-se dependentes de um único fornecedor ou cliente. Mais especificamente em relação aos clientes, a ACI aponta que o alto volume de negociações pode ser um atrativo para as cooperativas de produção, mas que ao se tornarem superdependentes os clientes podem reduzir os preços que estão dispostos a pagar, e não tendo outras opções para escoar sua produção estas cooperativas podem ficar presas a esses acordos ruins para o desenvolvimento da cooperativa.

2.2.5 5º Princípio – Educação, Treinamento e Informação

O princípio da educação, treinamento e informação é definido da seguinte forma:

Cooperativas provêm educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, administradores e funcionários para que esses possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua cooperativa. Informam o público geral, particularmente os jovens e líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. (ACI, 2015, p.43)

A educação como um conceito amplo que considera as necessidades das pessoas para além da função desempenhada dentro da cooperativa é um ponto tratado pela ACI (2015, p.46). De acordo com a ACI o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos ocorre pela interação e ações de cooperação entre os indivíduos, assim como pela habilidade que desenvolvem que facilitam essa capacidade de cooperação, pela compreensão que recebem de seus colegas membros, e pelo discernimento que ganham sobre a sociedade mais ampla da qual fazem parte.

Portanto, o foco da educação cooperativista não deve se limitar somente nas necessidades internas de uma cooperativa, mas deve reconhecer os benefícios mais amplos da educação dos membros, permitindo aos membros “desenvolver conhecimentos e habilidades que sejam transferíveis a outros aspectos de suas vidas”.

A educação no sentido mais amplo, que é como a ACI aponta que deve ser a educação cooperativista, torna os indivíduos mais autoconfiantes e serve como um trampolim para que os membros possam abraçar outras oportunidades de aprendizado para a vida e tenham confiança em assim fazê-lo.

Educar o público externo a respeito do cooperativismo também é um ponto destacado pela ACI (*ibid*, p.49), a instituição ressalta a importância de promover-se programas de educação e informação que ajudem a aumentar a consciência sobre o papel e o potencial do setor cooperativista.

A instituição (*ibid*, p.50) também destaca a importância da educação para os jovens e formadores de opinião, constatando que em diversos países as iniciativas dos jovens têm sido fundamental para o desenvolvimento do cooperativismo, sendo que esses têm encontrado no cooperativismo uma forma alternativa ao empreendimento individualista, e uma forma de

driblar os efeitos da crise de 2008.

Em relação aos formadores de opinião, a instituição destaca que é importante que esses estejam mais conscientes a respeito dos benefícios e potencialidades do cooperativismo, pois essa também é uma forma de proteger e auxiliar o desenvolvimento desse setor.

Em relação ao seu público interno, a ACI (*ibid*, p.47) afirma que a educação é um aspecto fundamental para as boas práticas da governança em cooperativas. Treinamentos e programas de educação devem ser desenvolvidos para garantir que os membros eleitos tenham o apoio necessário para adquirir as habilidades e conhecimentos fundamentais para a boa condução do empreendimento cooperativista nas decisões de longo prazo e sejam conscientes dos valores cooperativistas. Para alcançar esse fim, a ACI afirma que auditorias periódicas devem ser realizadas para o levantamento dessas necessidades.

2.2.6 6º Princípio – Cooperação entre Cooperativas

A ACI (2015, p.53) define o princípio da cooperação entre cooperativas como, “Cooperativas servem seus membros de forma mais eficiente e fortalecem o movimento cooperativista trabalhando unidos em estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais”

A ajuda-mútua é um valor que permeia diversos dos princípios cooperativistas, também em relação à cooperação entre cooperativas é esse valor que guia suas diretrizes.

A ACI (*ibid*, p.55) explica que a ajuda-mútua entre cooperativas é um pilar fundamental no desenvolvimento do movimento cooperativista como um todo, tanto dentro dos países como globalmente. Entretanto, a instituição observa que a cooperação entre cooperativas exige sacrifícios das partes envolvidas, definição de objetivos comuns de longo prazo, dispêndio de tempo e recursos, além da habilidade de solucionar problemas.

Um ponto importante para a viabilização da cooperação entre cooperativas é a criação de estruturas que propiciem essa ajuda-mútua. De acordo com a ACI (*ibid*, p.56) a cooperação entre cooperativas normalmente ocorre dentro de uma estrutura, e pelo foco em um ou dois tipos de atividades entre elas. Esse foco pode ser tanto em relação a atividades econômicas, como na comercialização *Coop2Coop*⁵ de bens e serviços, como em dimensões sociais e políticas como na união de forças para alcançar interesse compartilhados, ou nas federações nacionais de cooperativas.

5 *Cooperative to cooperative* expressão utilizada para identificar cooperativas que têm como foco a transação comercial entre cooperativas e não com o consumidor final.

A utilização da identidade cooperativa compartilhada também é importante na cooperação entre cooperativas. A ACI (*ibid*, p.58) afirma que a proteção da identidade cooperativista é uma ação que promove as cooperativas como um todo a um modelo principal de desenvolvimento econômico sustentável e gerador de riquezas, sendo que algumas ações básicas como a utilização da Marca Internacional do Cooperativismo, e do domínio PontoCoop para a presença online, são algumas das ações que as cooperativas podem executar com esses objetivos.

Os objetivos do cooperativismo não se restringem somente ao desenvolvimento do cooperativismo como um setor da economia, desde os primórdios do cooperativismo existiu um desejo de transformação social pelo cooperativismo. Dessa forma, a ACI (*ibid*, p.61) define como um dos objetivos do cooperativismo a transformação da sociedade em uma riqueza comum cooperativa, acreditando que esse desejo de construir um mundo mais cooperativo não é somente inerente aos cooperativistas, mas se estende para além em outros movimentos da sociedade civil e pessoas, que trabalhem para a justiça social e o progresso humano coletivo.

2.2.7 7º Princípio – Preocupação com a Comunidade

De acordo com a ACI (2015, p.62) o princípio da preocupação com a comunidade se define como, “Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades em políticas aprovadas pelos seus membros”.

Uma forte característica das cooperativas é sua relação com as comunidades nas quais estão inseridas, as cooperativas surgem das necessidades de uma comunidade e dependem de suas comunidades para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, a ACI (*ibid*, p.65) afirma que as cooperativas também devem ser ferramentas efetivas para o desenvolvimento social das comunidades onde atuam. Essas ações já têm sido historicamente praticadas pelas cooperativas, mas necessitam de um contínuo desenvolvimento, buscando a aplicação das melhores práticas da responsabilidade social corporativa, com a divulgação de relatórios de responsabilidade social aos seus membros, e a compreensão de que o desenvolvimento social sustentável exige a manutenção de um relacionamento harmonioso entre o crescimento material das cooperativas e as aspirações imateriais das comunidades, que incluem, cultura e artes, espiritualidade e direitos religiosos,

educação, história e herança, festivais culturais, e artes visuais.

Outro ponto destacado pela ACI (*ibid*, p.67) diz respeito ao compromisso das cooperativas no combate às desigualdades sociais, de acordo com a instituição o papel que as cooperativas têm desempenhado no combate à pobreza e às desigualdades de riquezas tem sido fundamental para as sociedades.

Suas características que colocam como objetivos das cooperativas a geração de riquezas para muitos e não para poucos são valores fortes nessa tarefa. A força das cooperativas em superar crises e dar resiliências às comunidades locais também se demonstrou um diferencial, como ocorreu, por exemplo, durante a crise econômica de 2008 onde as cooperativas conseguiram manter-se longe da especulação financeira que levou à crise, muito devido a sua natureza de buscar alcançar as necessidades dos membros e não o lucro.

As profundas raízes das cooperativas nas comunidades locais também ajudam a fortalecer os objetivos das cooperativas de buscar auxiliar o desenvolvimento dessas comunidades em vez de buscar a exploração de seus recursos visando somente o lucro.

A preocupação com o meio ambiente tem se tornado cada vez mais uma preocupação geral da sociedade, e para as cooperativas essa preocupação também se tornou fundamental. Reconhecendo a importância de práticas que preservem o meio ambiente as cooperativas têm buscado destacar-se também nesse aspecto, considerando que as ações em relação ao meio ambiente tem impacto direto em seu princípio sobre a preocupação com as comunidades.

De acordo com a ACI (*ibid*, p.68) diversas iniciativas têm sido adotadas pelas cooperativas desde a década de 1980 com a finalidade de preservar o meio ambiente, como exemplo, são citadas as iniciativas das cooperativas de consumo na América do Norte, Europa e Japão, que buscaram desenvolver produtos amigáveis ao meio ambiente e o consumo verde, assim como a produção agrícola de produtos orgânicos. A instituição afirma que a preocupação com o meio ambiente é uma responsabilidade e um dever das cooperativas que devem considerar e reduzir o impacto ambiental de suas cooperativas e promover a sustentabilidade ambiental nas comunidades nas quais estão inseridas.

2.3 Racionalidades instrumental e substantiva

Em sua teoria propositiva para uma nova ciência das organizações Guerreiro Ramos (1989) trabalha diversos conceitos que podem ajudar a embasar a defesa de que os empreendimentos cooperativistas foram pioneiros em entender a necessidade da coexistência das racionalidades instrumental e substantiva em um modelo de empreendimento.

Esses conceitos de racionalidades instrumental e substantiva de Guerreiro Ramos têm sua origem na obra de Weber, entretanto, Guerreiro Ramos procurou expandir essa compreensão a partir do diálogo com outros autores.

Pode-se resumir os conceitos de racionalidade em instrumental e substantiva como, a primeira um tipo de racionalidade voltada para fins e resultados, e a segunda para valores éticos. Essa divisão ajudaria a marcar parte das diferenças entre o tratamento dado às empresas controladas por acionistas, onde predominam a racionalidade instrumental, e o tratamento dos empreendimentos cooperativistas, onde coexistem tanto a racionalidade instrumental quanto a substantiva. O que enfatiza a necessidade de coexistência das racionalidades nos empreendimentos cooperativistas.

A utilização das racionalidades instrumental e substantiva nas cooperativas surge de forma socioambiental, de forma anterior aos conceitos utilizados por Guerreiro Ramos. Entretanto, o desenvolvimento socioambiental não invalida a utilização desses conceitos de racionalidade para a discussão dos empreendimentos cooperativistas, ao contrário, demonstra que a preocupação de Guerreiro Ramos está intrínseca na sociedade humana.

Marcar essa forma de tratamento é importante, pois, ela é fundamental para compreender a implicação básica à análise realizada por este trabalho, a diferenciação entre o enfoque voltado para as empresas controladas por acionistas, e o enfoque voltado para os empreendimentos cooperativistas. Que conforme descrito no parágrafo anterior possuem predominâncias distintas de racionalidades.

A discussão das racionalidades também pode ser estendida analogamente à dicotomia, empresas controladas por acionistas e cooperativas, à relação entre gerencialismo e princípios e valores cooperativistas.

Ambas as relações apontadas, que dialogam com os conceitos de racionalidades de Guerreiro Ramos, servem de apoio para a análise desta pesquisa, e auxiliam na classificação dos artigos estudados como correlacionando-se positivamente ou negativamente com os

princípios e valores cooperativistas.

Podendo-se sugerir que ao escolherem um enfoque teórico-metodológico que se correlacione negativamente com os princípios cooperativistas, os autores dos artigos estudados ignoram ou não consideram necessário que as cooperativas sejam compreendidas como organizações onde as racionalidades instrumental e substantiva devam coexistir dentro de um certo equilíbrio.

Dentro do escopo desse trabalho, entretanto, não se tem por objetivo tratar exaustivamente os desdobramentos dessas implicações, mas somente verificar o fato das correlações ocorrerem de forma positiva ou negativa em relação aos princípios cooperativistas, o que ajudaria na compreensão da forma como esse tema está sendo tratado pelos periódicos de administração brasileiros.

Vale ressaltar que a coexistência das racionalidades em uma organização é latente à qualquer organização que busque agir com ética, inclusive as empresas controladas por acionistas. Mas é nas cooperativas que a tensão entre as racionalidades se torna mais explícita, por ser um modelo de organização que necessita discutir politicamente suas finalidades, valores e identidade. Que por sua vez foram sintetizados na forma dos princípios cooperativistas.

2.3.1 Racionalidades por Guerreiro Ramos

Os conceitos de racionalidades instrumental e substantiva utilizados por Guerreiro Ramos têm sua origem na teoria de Max Weber, no livro “Economia e Sociedade” de 1968. Entretanto, a temática das racionalidades antecede Weber, sendo ele somente um de seus interlocutores. Guerreiro Ramos, por sua vez, realiza um diálogo entre os conceitos de Weber e de outros autores, desenvolvendo e ampliando esses conceitos.

De acordo com Guerreiro Ramos (1989, p.5) Weber teria descrito a racionalidade de duas formas distintas, a racionalidade formal ou instrumental determinada pela “expectativa de resultados” ou ainda “fins calculados”; e a racionalidade substantiva ou de valor que seria determinada “independente de suas expectativas de sucesso” e não interessada na “consecução de resultados posteriores a ela”, no caso, de acordo com Guerreiro Ramos, baseada em valores éticos.

Guerreiro Ramos (1989, p.4) afirma que Weber não procurou desenvolver seu conceito

de racionalidade substantiva, focando seus esforços para uma compreensão funcionalista do mercado como era em sua época, que por sua vez tinha como racionalidade predominante a instrumental. Guerreiro Ramos ressalta, entretanto, que Weber demonstrava a compreensão de que a lógica do mercado de sua época era um fenômeno singular ao período específico no qual vivia, e que embora defendesse a eficiência dessa lógica de mercado para suprir as necessidades produtivas da sociedade, reconhecia que este estágio não era um estado último para o mercado.

A principal característica da teoria de Weber, de acordo com Guerreiro Ramos, era seu funcionalismo, Weber não buscou desenvolver o conceito de racionalidade substantiva, limitando-se na descrição do estado de funcionamento do mercado como era em sua época, embora tenha afirmado que a racionalidade substantiva era uma característica intrínseca ao ser humano. Dessa forma, a crítica de Guerreiro Ramos a Weber ocorre por este não buscar desenvolver sua teoria sociológica tendo a racionalidade substantiva como uma de suas bases.

Esses conceitos de racionalidade são então retomados por Guerreiro Ramos que busca revitalizar o conceito de racionalidade substantiva, e também discutir as implicações das relações entre a racionalidade instrumental, que predomina fortemente no mercado, e a racionalidade substantiva. Para embasar esse processo de revitalização, Guerreiro Ramos não se detém somente em Weber e busca em diversos outros autores essa distinção dupla da racionalidade.

Guerreiro Ramos também discute como o lado substantivo do conceito de racionalidade têm se perdido para dar lugar a uma conceituação decaída de racionalidade, que considera somente seu lado instrumental.

O processo desenvolvido por Guerreiro Ramos culmina em sua Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, na qual propõe que para alcançar-se uma sociedade multicêntrica é necessário reconhecer que a economia, onde predomina a racionalidade instrumental, é apenas um dos enclaves de uma sociedade.

O conceito de uma racionalidade substantiva atuante em um mesmo nível que a racionalidade instrumental antecede em muito o conceito contemporâneo de racionalidade. Segundo Guerreiro Ramos (1989, p.2) ao referir-se ao sentido clássico do conceito de racionalidade concebido na antiguidade, essa era compreendida como “uma força ativa da psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e verdadeiro e, assim, ordenar sua vida pessoal e social”, e portanto, trazia

em sua essência ambos os sentidos de racionalidade trabalhados pelo autor. Isso fica claro ao discorrer-se sobre possíveis situações onde é necessário realizar escolhas entre algo bom ou mau, e conhecimentos falsos ou verdadeiros, e que a escolha pelo bom ou conhecimento verdadeiro acarretaria em perdas ou prejuízos, e que portanto vão contra a noção de “expectativa de resultados”.

É possível compreender que ao escolher por uma opção que represente o bom ou o conhecimento verdadeiro e que traga perdas ou prejuízos, a pessoa está baseando-se em uma outra forma de racionalidade que não a instrumental, no caso a substantiva que se baseia em valores éticos.

Para Guerreiro Ramos (1989, p.3) somente uma “transavaliação” do conceito de racionalidade é capaz de ocultar esse lado substantivo da racionalidade, sem que isso seja percebido. De acordo com o autor, a transavaliação ocorreria no momento em que a sociedade define como “bom” e “conhecimento verdadeiro” somente aquele que tem “expectativa de resultados”. Dessa forma, a racionalidade que antes possuía um caráter duplo acaba tornando-se sinônimo de ações voltadas para a consecução de resultados, deixando seu lado voltado a valores éticos de lado.

Esse conceito decaído de racionalidade entrou de forma tão profunda na sociedade contemporânea que ao reformular-se a antiga definição de racionalidade substituindo o conceito antigo pelo conceito transavaliado muitas pessoas não conseguiriam enxergar nada de errado na definição de racionalidade como sendo, “uma força que habilita o indivíduo a distinguir entre o conhecimento útil do não útil, entre as ações que geram piores ou melhores resultados”.

As consequências negativas da subtração dos valores éticos do conceito de racionalidade, da predominância da racionalidade voltada a consecução de objetivos, e da busca dos executivos pela maximização do retorno de suas ações, podem ser ilustradas com o caso bastante atual da fraude envolvendo o controle de emissão de gases nos carros da Volkswagen.

De acordo com Aron Belinky, coordenador do programa de desempenho e transparência do centro de estudos em sustentabilidade (GVces) da EAESP/FGV⁶, com o objetivo de conquistar o mercado de motores a diesel nos EUA a Volkswagen criou um complexo sistema de fraude de indicadores de emissão de poluentes, para enquadrar o seu

6 BELINKY, Aron. Nasce uma Fábula. Estadão. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/caso-volkswagen-nasce-uma-fabula/>>. Acesso: 30/10/2016.

motor nos padrões ambientais e de saúde exigidos pelos órgãos estadunidenses, e ganhar o mercado de outros competidores europeus que não atendiam essas exigências.

Para ganhar esse mercado, entretanto, não bastava para a empresa diminuir suas emissões de poluentes, também era necessário que os carros não perdessem seu desempenho automobilístico, fator muito importante para o mercado estadunidense.

O desenvolvimento de uma nova tecnologia que atendesse esses requisitos consumiria recursos importantes da empresa e não oferecia garantias de sucesso dentro dos prazos necessários.

Dessa forma, a empresa optou por uma solução engenhosa, criou um *software* que conseguia detectar quando o veículo estava rodando nas bancadas de teste de emissão de poluentes, e quando isso ocorria o *software* ativava um “modo limpo” onde o veículo realizava as emissões de acordo com as exigências ambientais e de saúde; quando o veículo voltava as ruas, o *software* reestabelecia as condições normais do veículo que voltava a poluir normalmente. A fraude só foi descoberta devido a um estudo bancado pelo *Internacional Council on Clean Transportation* desenvolvido na *West Virginia University*, e veio a público em 2015 com a renúncia do CEO mundial da empresa.

Certamente ao ler-se esse caso exemplar e atual fica claro que, apesar da decisão dos executivos atender à definição decaída do conceito de racionalidade, buscando ações que gerariam para a empresa maior retorno com o menor investimento, ou seja, melhores resultados, foi uma decisão errada, e que teria sido evitada caso os executivos não tivessem ignorado na sua definição de racionalidade os valores éticos.

Guerreiro Ramos (1989) enfatiza em diversos momentos da sua proposta para uma nova teoria das organizações a necessidade dos dois tipos de racionalidades coexistirem, sem deixar de ressaltar também a importância da racionalidade instrumental. O ponto central do desenvolvimento da teoria que Guerreiro Ramos propõe é a de que é necessária a compreensão de que a sociedade deve ter espaços para os diversos enclaves que são fundamentais para o desenvolvimento tanto do indivíduo quanto do mercado, e dos outros elementos necessários para uma sociedade multicêntrica.

A razão para que a sua teoria foque principalmente na racionalidade substantiva, ocorre porque, segundo o autor, a racionalidade instrumental tem se expandido a ponto de tornar a sociedade unidimensional, e portanto o desenvolvimento de um equilíbrio entre os enclaves seria necessária.

A teoria de Guerreiro Ramos se preocupa com o mercado e a sociedade como um todo, focando principalmente nas empresas controladas por acionistas que representam o principal personagem da sociedade de mercado. Embora a sua crítica seja condizente ainda hoje com a racionalidade predominante nas empresas controladas por acionistas, e na sociedade de mercado em que vivemos, o escopo deste trabalho não busca entrar no debate sobre a racionalidade instrumental dentro das empresas controladas por acionistas.

A discussão sobre se as empresas controladas por acionistas devem ceder espaço para a racionalidade substantiva em suas organizações, é um debate amplo e que tem sido discutido por diversas áreas do conhecimento. Entretanto, vale a pena ressaltar que mesmo as grandes empresas controladas por acionistas buscam aproximar-se da economia não convencional, denominada “criativa”, “compartilhada” ou “colaborativa”. Abrindo espaço para maior expressão ética e racionalidade substantiva no interior das grandes empresas.

A proposta desse trabalho é discutir a questão específica das cooperativas em relação a essas racionalidades, que como esse trabalho sugere, já possuem intrinsecamente em sua essência a coexistência das racionalidades instrumental e substantiva. E que por esse motivo, são essencialmente diferentes das empresas controladas por acionistas, o que justifica que também sejam tratadas de forma diferente, que considere as especificidades de suas características.

2.3.2 Prática das racionalidades de Guerreiro Ramos

Apesar da clareza das distinções entre os tipos de racionalidade trabalhados por Guerreiro Ramos (1989) nem sempre na prática essas racionalidades são facilmente verificáveis. Em um estudo realizado com empresas da região de Salvador-BA, Serva (1997, p.20) destaca que essa dificuldade ocorre devido ao alto grau de abstração utilizado por Guerreiro Ramos ao propor a sua abordagem substantiva das organizações.

Essa dificuldade também estaria implícita aos estudos sobre a racionalidade substantiva levantados por Serva na época do seu estudo, encontrando pouca aplicação do conceito na prática administrativa. O autor considera essa dificuldade como um impasse para o desenvolvimento da teoria de Guerreiro Ramos, e com o objetivo de direcionar o desenvolvimento da teoria para um enfoque mais prático da administração desenvolve um quadro de análise que possibilita classificar se uma organização é substantiva ou não.

Serva (1997) desenvolve seu quadro de análise baseado em três fundamentos, o primeiro a teoria da abordagem substantiva de Guerreiro Ramos, a segunda a teoria da ação comunicativa de Habermas, e por último nos processos organizacionais de uma empresa. Para a elaboração do quadro, o autor descreve que foi realizada uma correlação entre os diversos elementos constitutivos da racionalidade em correspondência com as naturezas dos processos organizacionais.

Em seu trabalho, Serva (1997, p.24) sugere que as organizações como um todo não são constituídas integralmente por um determinado tipo de racionalidade, seja ela instrumental ou substantiva, existindo somente o predomínio de uma ou outra racionalidade, conforme afirma o autor, “identificar a predominância é assumir que ambas as racionalidades podem estar presentes em todos os processos organizacionais, num dado período de tempo”.

O trabalho que Serva realiza em sua pesquisa tem foco na ação dos colaboradores, procurando identificar a racionalidade predominante na empresa por essas ações. A força dessa abordagem está no fato de que, embora exista um discurso que vigore por si só em um empreendimento, pelos discursos, estatutos e regimentos, processos estabelecidos, e até mesmo na teoria organizacional inerente a cada modelo de empreendimento que de certa forma conduz as ações e objetivos de um empreendimento, são as pessoas e suas ações que concretizam esses elementos na realidade das organizações.

A realização de uma abordagem que tome o caminho inverso, entretanto, partindo dos elementos organizacionais para compreender as racionalidades em um modelo de empreendimento, não é inválida, e pode compartilhar pontos comuns com a abordagem realizada pelo autor.

Entretanto, vale ressaltar que Guerreiro Ramos não trata em sua teoria de processos organizacionais, ou seja, não procura separar os sistemas dentro de uma organização, nem mesmo tornar uma organização integralmente substantiva; sua proposta se baseia na delimitação e reconhecimento dos espaços sociais, e na coexistência das racionalidades dentro das organizações.

Dessa forma, esta pesquisa pode favorecer-se da pesquisa de Serva ao considerar que no discurso existe ação, e que essa ação pode basear-se em racionalidade instrumental, substantiva ou ambas.

Quadro 02 - Racionalidades Instrumental e Substantiva dentro das Organizações.

Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Autenticidade Autonomia Autorealização Entendimento Julgamento Ético Valores Emancipatórios	Cálculo Desempenho Estratégia Interpessoal Êxito/Resultados Fins Utilidade Maximização de Recursos Rentabilidade

Fonte: Adaptado de Serva (1997, p.24)

Como resultado de sua pesquisa, Serva (1997, p.28) destaca que a presença marcante de valores emancipatórios e a perseverança de ações voltadas para o entendimento se revelaram como dois dos valores mais importantes. Os valores emancipatórios, de acordo com o autor, foram os responsáveis por “compor o sistema de valores principais da empresa”, assim como “alicerçar os processos de reflexão coletiva sobre a empresa”, sendo esses dois dos principais elementos encontrados pelo autor em relação aos valores emancipatórios.

Vale destacar que também dentro do cooperativismo existe fortemente intrínseco em seus valores fundacionais a emancipação dos seus membros, refletido principalmente no 5º Princípio sobre a Educação, Treinamento e Informação, embora a emancipação seja um valor que permeia todos os Princípios Cooperativistas.

O autor (*ibid*) também destaca importância dos valores de ações voltadas para o entendimento, referindo-se principalmente as práticas administrativas voltadas para as relações de poder, que envolvem o estabelecimento das normas, a tomada de decisão e o controle. Pode-se verificar que esse também é um ponto central do cooperativismo, refletido principalmente no 2º Princípio sobre o Controle Democrático dos Membros, mas que também permeia todos os princípios cooperativistas.

Outro estudo trata das racionalidades instrumental e substantiva já no contexto do cooperativismo, realizado pelos autores Matarazzo e Boeira (2016), o artigo procura identificar as representações sociais e tensões entre as racionalidades dentro do contexto de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP), pela análise dos discursos tanto dos formadores das incubadoras quanto dos membros das cooperativas.

Matarazzo e Boeira (2016, p.208) utilizam como base para sua pesquisa

principalmente duas teorias, as racionalidades instrumental e substantiva de Guerreiro Ramos, e a teoria das representações sociais de Serge Moscovici.

Em relação às racionalidades, Matarazzo e Boeira (2016, p.212), reconhecem que a teoria de Guerreiro Ramos considera a existência de uma tensão na sociedade moderna em relação as racionalidades, sendo a instrumental relacionada ao enclave econômico e a substantiva aos enclaves isonômico e fenonômico, e que na teoria também existe uma crítica a expansão do enclave econômico sobre os demais, impedindo o desenvolvimento das potencialidades desses enclaves.

Em relação às representações sociais, Matarazzo e Boeira (2016, p.214) afirmam que a teoria de Moscovici busca discutir questões como a tensão existente entre a familiaridade e a não familiaridade de conceitos em relação às realidades subjetivas e objetivas, na qual os sujeitos envolvidos no processo de representação social buscam identificar em suas realidades conceitos com os quais estão familiarizados, assim como o caminho inverso, onde buscam identificar nos conceitos com os quais estão familiarizados suas realidades.

A pesquisa realiza uma série de entrevistas com os formadores das incubadoras e com membros das cooperativas incubadas, identificando diversos pontos de tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva, entre eles, a geração de renda, a questão da autonomia, e proteção dos valores cooperativistas. Matarazzo e Boeira (2016, p.219) identificam ao refletir sobre algumas dessas situações que a tensão causada pela oposição de racionalidades cria obstáculos, “quando não impede”, o desenvolvimento da racionalidade oposta.

Esse ponto em especial destacado pelos autores e que permeia a pesquisa realizada é importante para esta pesquisa, pois, ao constatarem a concretização dessa tensão entre as racionalidades nas ITCP, e que de certa forma essa tensão gera uma disputa que pode levar a criar obstáculos ou impedir o desenvolvimento de uma das racionalidades, verifica-se que apesar de a racionalidade substantiva ser intrínseca ao empreendimento cooperativista pelos seus valores e princípios cooperativistas, essa participação não está garantida na prática cooperativista, podendo ser suprimida caso as discussões sobre o cooperativismo se voltem para a racionalidade instrumental ignorando o lado substantivo do debate.

A fragilidade que existe nesse ambiente também fica clara em outros trechos da pesquisa desenvolvida por Matarazzo e Boeira (2016, p.221), os autores revelam pelos discursos dos formadores e membros das cooperativas, que muitas vezes os membros das

cooperativas chegam com pouco conhecimento a respeito do modelo de empreendimento cooperativista, e que também o modelo de relação “patrão-empregado” está muito enraizado nos membros das cooperativas e que existe dificuldade na superação desse modelo.

Dessa forma, a pesquisa demonstra a importância de os estudos sobre o cooperativismo compreenderem a característica intrínseca aos empreendimentos cooperativistas da coexistência das racionalidades instrumental e substantiva, que é um valor fundacional e definidor da identidade desse modelo de empreendimento, e que ele o deixaria de ser caso essa coexistência de racionalidades não existisse. Isso, pois, ao não considerar-se essa característica, pode-se levar ao enfraquecimento de todo um modelo organizacional, já fragilizado pelas características sociais práticas que envolvem a sua aplicação, e pela pouca teoria desenvolvida que considere as especificidades desse modelo de empreendimento.

2.4 Gerencialismo

Pouco menos de 200 anos se passaram desde a Revolução Industrial que modificou a forma como a humanidade produz as riquezas necessárias para a sua subsistência, menos tempo ainda se passou desde que a Administração começou a ser pensada como uma ciência, se considerarmos como seus pioneiros Frederick Taylor e Henri Fayol, e suas principais obras, “Os Princípios da Administração Científica” (1911) e “Administração Industrial e Geral” (1916) respectivamente, são 100 anos de uma ciência, o que em termos históricos pode ser considerado muito pouco tempo.

Não obstante, a busca pela consolidação de paradigmas, que dariam à Administração o caráter mais sólido de ciência em seu aspecto mais elevado, é perseguida de forma imediatista pelos que assim desejam elevar o status da Administração como ciência. Essa busca é muitas vezes impositiva, e não faltam críticas à forma como essa busca tem se desenvolvido.

Gaulejac (2012, p.63) realiza uma distinção a respeito do desenvolvimento da Administração e seu tratamento, buscando marcar dois tratamentos da Administração diferenciados, que muitas vezes acabam sendo confundidos ou considerados como se fossem um mesmo tratamento. De um lado, o autor coloca a gestão como ciência, que para ele caberia a descrição e análise das modalidades de organização da ação coletiva, e de outro lado, a gestão como ideologia, que tem como objetivo garantir a conformidade da empresa de um ponto de vista funcionalista.

Portanto, para Gaulejac (2012) uma Ciência da Administração se distinguiria da

Ideologia Gerencialista no seguinte aspecto, enquanto a primeira buscaria compreender os objetivos e finalidades de uma organização dentro de uma sociedade, e destaca-se aqui que esses objetivos podem ser múltiplos e necessitando de investigação individual para cada caso, a segunda teria como único objetivo a eficiência e eficácia, sendo esse paradigma por sua vez orientado mais especificamente para a eficiência e eficácia em relação ao capital, e não para outros objetivos que possam existir e tenham carâteres substantivos.

Guerreiro Ramos (1989, p.43) realiza crítica similar às bases teórico-sociais da Administração, o autor afirma que a orientação dessa teoria para o método e a funcionalização da linguagem “acabam por converter a ciência social em uma forma disfarçada de ideologia e tecnologia”. Essa definição de Guerreiro Ramos se assemelha bastante à de Gaulejac, pois ambos afirmam que existe um erro de conduta no tratamento da Administração como ciência, ao se considerarem aspectos ideológicos como científicos, e não procurando aplicar preceitos verdadeiramente científicos à Administração.

As razões que levam a essa confusão entre aspectos ideológicos e ciência são discutidas por ambos os autores, que buscam chamar a atenção para esse aspecto ideológico que tem dominado as discussões acadêmicas sobre Administração.

Para Gaulejac (2012, p.64) a confusão surge já nos primórdios da Administração como ciência, no momento em que em vez de um objeto ela se define em relação a uma finalidade, “fazer a empresa funcionar”. Para o autor enquanto outras ciências se definem pelo seu objeto, “a natureza pela física, o ser vivo pela biologia, a sociedade pela sociologia”, a Administração por ser voltada a uma finalidade prática erra seu objeto, “passando ao lado” e foca em domínios especializados, como, gestão da produção, gestão comercial, etc., sem questionar o que deveria ser seu objeto que são as organizações em si e seu papel para o ser humano e a sociedade. Para o autor, ao perder-se o foco do seu objeto, e colocando o foco em processos específicos, a Administração perde o caráter científico e se torna apenas uma técnica, sujeita a ação ideológica gerencialista que age sem ser questionada pelos atores envolvidos nesses processos.

De acordo com Gaulejac (*ibid*, p.65) as escolas de gestão não passam incólumes por esse processo, afirma que o foco das escolas é unicamente os problemas situacionais e a execução de soluções eficientes e eficazes, sem pensar o objeto – a organização – em si como um todo, e seu papel e lugar na sociedade.

Embora o autor esteja questionando as Ciências da Administração de uma forma geral,

esse aspecto é especialmente relevante ao tratarmos das cooperativas, pois, no momento em que a ideologia gerencialista se transporta do modelo de empresa controlado por acionistas para o modelo cooperativista, sem questionar-se a natureza específica de um modelo essencialmente diferente de organização, está utilizando ferramentas que podem ser inadequadas e levar o modelo de empreendimento cooperativista para longe de seus propósitos e objetivos intrínsecos, e freando o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para Guerreiro Ramos (1989, p.86) a falta de compreensão de que a ciência tem também um caráter ideológico acaba criando a noção de que a ciência é totalmente isenta de ideologia.

Para o autor (*ibid*) essa não compreensão do caráter ideológico da ciência e da teoria Administrativa tem sua origem na sociedade de mercado, o autor afirma que a teoria administrativa tem sido construída com bases em pressupostos não questionados, que derivam e são reflexos da sociedade de mercado.

O autor (*ibid*, p.87), trabalha com o conceito de “política cognitiva” para explicar como essa abordagem da teoria administrativa tem se disseminado sem maiores questionamentos, definindo a política cognitiva como, “uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção”

O autor (*ibid*, p.32) aponta como as causas que levaram a utilização de uma política cognitiva para validar o enfoque ideológico atual no lugar de uma verdadeira ciência administrativa a transavaliação social, onde a pessoa perde suas características individuais frente a uma completa socialização, sendo que essa completa socialização seria uma característica que tem permeado as principais correntes teóricas, desde o liberalismo ao marxismo, teorias que o autor chama de “sociomórficas” e que reduzem o indivíduo a nada mais do que um ser social. Dessa forma, sendo o ser humano reduzido a um ser social, também a sua plena socialização seria considerada como o estado normal do indivíduo, justificando a utilização de uma política cognitiva com o objetivo de adequar os indivíduos a esse estado normal, no caso, a sociedade de mercado. De acordo com Guerreiro Ramos (*ibid*, p.03), a necessidade de utilizar uma política cognitiva que trate um enfoque ideológico como ciência tem suas bases em um processo de auto-sustentação da sociedade, o autor afirma que para evitar a utilização de conceitos que se chocariam com os valores da sociedade atual, esses são modificados para se adequarem aos valores necessários para a auto-sustentação

dessa sociedade.

A teoria de Guerreiro Ramos se relaciona a Gaulejac no sentido de que a ideologia gerencialista é uma forma de política cognitiva, no momento que se propõe como neutralidade técnica, escondendo seu aspecto ideológico.

Em relação ao objeto deste estudo, os artigos científicos sobre o cooperativismo, o referencial teórico sobre a ideologia gerencialista se faz pertinente, pois, a identificação ou não nos artigos de tratamentos que considerem os princípios e valores inerentes ao cooperativismo poderá sugerir ou não uma tendência ideológica gerencialista permeando a produção acadêmica sobre o cooperativismo. Sendo que especificamente devido à natureza do empreendimento cooperativista, que possui intrinsecamente em seus preceitos fundacionais valores e objetivos essencialmente diferentes das empresas controladas por acionistas, uma predominância de ideologia gerencialista pode demonstrar a falta de compreensão do que define a identidade cooperativista por parte dos pesquisadores. Dessa forma, estudos sobre o modelo de empreendimento cooperativista, que se diferencia essencialmente do modelo de empresas controladas por acionistas, podem estar recebendo um mesmo tratamento, o que, ao deixar de explorar as potencialidades de um modelo singular como é o empreendimento cooperativista, pode acarretar na diminuição da diversidade de modelos de organizações na sociedade de mercado.

Ressalta-se, portanto, que apesar das teorias de Gaulejac e Guerreiro Ramos abordarem a Ciência da Administração como um todo, e terem o foco principal de sua crítica no modelo de empresas controladas por acionistas, este trabalho não busca debater se o foco das empresas controladas por acionistas deve ou não ser o lucro e sua adequação a ideologia gerencialista, mas sim analisar o tratamento dado aos empreendimentos cooperativistas, onde o caráter intrínseco substantivo é muito mais evidente e autoproclamado pelos valores cooperativistas. Considerando ainda que, se atualmente a crítica ao excesso de gerencialismo as empresas controladas por acionistas tem sido considerado válido, inclusive com iniciativas para tornar as empresas controladas por acionistas mais éticas, essa crítica é ainda mais pertinente ao modelo de empreendimento cooperativista, onde o excesso de gerencialista poderia subverter a própria essência autoproclamada do modelo de cooperativista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.82) todas as ciências se caracterizam pela utilização de um método científico, embora nem todo trabalho que utilize metodologia científica seja ciência, para as autoras “não há ciência sem o emprego do método científico”. As autoras definem o método científico como sendo um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permite ao cientista produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, com maior segurança e economia, traçando um caminho a ser seguido, facilitando a detecção de erros e auxiliando nas decisões do cientista.

Entretanto, a própria metodologia científica e sua objetividade, baseada no paradigma positivista, têm sido foco de questionamentos durante seu desenvolvimento acadêmico-científico. Conforme afirmam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p.119) a partir da década de 1960 autores como Thomas Khun, expõem as limitações do paradigma positivista, ajudando a ganhar força o paradigma qualitativo como base para a metodologia científica de pesquisa.

Ainda de acordo com os autores (*ibid*, p.132) atualmente, das diversas vertentes que se desenvolveram dentro do paradigma qualitativo três delas se destacam, o construtivismo social, o pós-positivismo e a teoria crítica. As principais características de cada um destes paradigmas estão descritas a seguir, conforme Alvez-Mazzotti e Gewandsznajder (*ibid*, p.133-139):

- a) Construtivismo Social: Influenciado pela fenomenologia e o relativismo, a principal característica desse paradigma é a ênfase na intencionalidade dos atos humanos, e dessa forma o paradigma privilegia as percepções dos atores. O paradigma também propõe que os pesquisadores devem iniciar a investigação procurando trazer consigo o mínimo de teoria *a priori*, para que essa teoria não nuble a visão dos pesquisadores, e os conduza por um caminho engessado, impedindo a observações do fenômeno de forma mais livre.
- b) Pós-positivismo: Esse paradigma defende a preferência por modelos experimentais ou quase-experimentais com testes de hipóteses, tendo como fim último a formulação de teorias explicativas de relações causais. Parte do pressuposto de que as pesquisas

nas ciências sociais podem ter um caráter objetivo, e que apesar de a teoria determinada *a priori* influenciar a observação de um determinado fenômeno, isso não tiraria a validade dos resultados encontrados.

c) Teoria crítica: Considera que é importante a análise rigorosa da argumentação e do método, e que deve existir consistência lógica entre argumentos, procedimentos e linguagem, principalmente durante o processo de seleção, coleta e avaliação dos dados, assim como no raciocínio teórico envolvido. Entretanto, enfatizam também o papel da ciência como transformadora da sociedade, considerando que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como instância neutra acima dos conflitos ideológicos de uma sociedade.

Os objetivos desta pesquisa buscam identificar se existe ou não nos artigos que tratam do tema cooperativismo, publicados nos melhores periódicos brasileiros, correlação entre os princípios cooperativistas e os enfoques metodológicos-teóricos utilizados pelos autores para estudar o cooperativismo. A identificação da existência ou não da correlação ajudará a revelar o estado geral das publicações científicas sobre o cooperativismo, se essas consideram a importância dos princípios cooperativistas como base dos valores cooperativistas e da identidade cooperativista, conforme a Aliança Cooperativista Internacional defende que seja feito para o melhor desenvolvimento dos potenciais do empreendimento cooperativista, ou se adotam uma abordagem técnica e com foco estritamente utilitarista, apontada na fundamentação desse trabalho como uma abordagem definida como “ideologia gerencialista” por autores críticos desse tipo de abordagem.

Dessa forma, este trabalho pode ser definido como uma pesquisa que se aproxima mais do paradigma da teoria crítica⁷, por considerar que a abordagem utilizada pelos pesquisadores em seus artigos científicos não é isenta de ideologia, e que o posicionamento adotado pelos pesquisadores atua de forma transformadora na sociedade.

Neste trabalho se considera que a teoria crítica em questão não se limita a Escola de Frankfurt, mas se refere aos estudos críticos organizacionais, especialmente no enfoque de Guerreiro Ramos.

⁷ Cabe destacar que a teoria de Guerreiro Ramos também se aproxima do construtivismo e do interpretativismo. Outro ponto de diferenciação entre a Teoria Crítica e a teoria de Guerreiro Ramos diz respeito a crítica sociomórfica, pois, por ter suas bases no Marxismo a Teoria Crítica é ainda sociomórfica, sendo essa uma forte crítica de Guerreiro Ramos tanto as teorias de direita quanto de esquerda.

Marconi e Lakatos (2003, p.174) definem técnica de pesquisa como sendo, “um conjunto de preceitos ou processos que serve uma ciência ou arte”, sendo que toda ciência utiliza de inúmeras técnicas para a obtenção de seus propósitos.

Vergara (2012, p.7) define a análise de conteúdo como “uma técnica de tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema”. A autora (*ibid*, p.10-11) aponta que a análise de conteúdo pode ser realizada tanto por procedimentos de cunho quantitativo, que visam normalmente a análise de frequência do aparecimento de determinados indicadores dentro de um conteúdo, como também por procedimentos de cunho qualitativo, focalizando as peculiaridades e as relações entre os elementos, ou seja, com foco no que for significativo e relevante no conteúdo, o que pode não ser necessariamente traduzido pela frequência.

Dessa forma, esta pesquisa poderia ser classificada, em relação à técnica utilizada, como uma análise de conteúdo de cunho qualitativo, pois busca compreender as relações dentro dos conteúdos analisados a partir da significância e relevância dos posicionamentos assumidos pelos autores em seus artigos.

Em relação à seleção da amostra que será analisada, Marconi e Lakatos (2003, p.223-224) afirmam que a seleção de uma amostra é necessária quando uma pesquisa não é censitária, ou seja, não abrange a totalidade dos componentes do universo. De acordo com as autoras, o ponto principal no momento de selecionar-se uma amostra é fazê-lo de forma que essa seja a mais representativa possível da população, para que seja possível inferir da forma mais legítima possível os resultados que seriam encontrados na população, caso essa fosse verificada. As autoras também afirmam que existem duas formas de seleção da amostra, a não-probabilística e a probabilística.

Considerando-se a população como todos os artigos científicos sobre o cooperativismo publicados em periódicos brasileiros, a seleção da amostra deste trabalho ocorreu de forma não-probabilística.

A amostra escolhida para ser analisada foi definida pelos artigos científicos publicados sob o índice “cooperativas”, dentro da coleção de periódicos brasileiros, na plataforma Scielo – *Scientific Electronic Library Online*. Esse critério buscou selecionar os artigos em um filtro qualitativo, onde somente as publicações pelos principais periódicos brasileiros, avaliados dentro dos critérios estabelecidos pela plataforma, como avaliação por pares, e por comitê consultivo, foram considerados. A escolha desse critério ocorreu pois se considerou que, uma

vez que são os principais periódicos brasileiros que influenciam de maneira mais forte os caminhos de estudo acadêmico sobre um determinado tema no Brasil, então as tendências identificadas nesses periódicos também influenciarão a produção do conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil. Nessa primeira seleção 42 artigos foram identificados para a análise. Um segundo e terceiro filtro buscou selecionar somente os artigos publicados por periódicos classificados como do segmento Administração, Ciências Contábeis e Turismo, pela Capes; e os que obtiveram classificação Qualis A1, A2, B1 e B2, também pela Capes. Esses dois filtros tiveram como objetivo limitar a identificação da abordagem aos periódicos diretamente relacionados à Ciência da Administração, que recebe a referida classificação pela Capes, e também garantir que somente os artigos publicados nos melhores periódicos estariam sendo analisados. Dos artigos selecionados no primeiro filtro somente 7 artigos não atenderam a esses segundo e terceiro filtros, pelos periódicos nos quais tinham sido publicados não se enquadrarem na classificação Administração, Ciências Contábeis e Turismo; os demais artigos se enquadravam nessa classificação, e também os respectivos periódicos dentro da classificação Qualis A1, A2, B1, e B2. Dessa forma, a amostra final corresponde a 35 artigos (a relação completa dos artigos está listada no apêndice A). A coleta de dados foi feita diretamente do portal da Scielo.

Em relação às etapas da análise desta pesquisa, o trabalho foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa os artigos foram categorizados, considerando-se uma correlação positiva ou negativa entre os Princípios Cooperativistas e os enfoques metodológicos-teóricos de cada artigo científico.

Devido à complexidade dos Princípios Cooperativistas, e também por considerar-se que os artigos podem estar realizando a correlação positiva ou negativa com esses princípios sem citá-los diretamente, mas tratando das características intrínsecas a eles, compilou-se um quadro com os principais elementos referentes a cada princípio, que servirá como base para a verificação da correlação positiva ou negativa nos artigos. O quadro, baseado nas Notas de Orientação da ACI (2015), buscou sintetizar as principais características de cada princípio, considerando-se também as recomendações práticas da instituição em relação às aplicações desses princípios atualmente.

Quadro 03 - Principais Características e Práticas dos Princípios Cooperativistas

(continua)

1º PRINCÍPIO: ASSOCIAÇÃO ABERTA E VOLUNTÁRIA

Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e que desejam aceitar as responsabilidades da associação, sem discriminação de gênero, de raça, política, social ou religiosa.

- a) Não excluir pessoas de certos grupos, classes sociais, raças, gêneros, afiliações políticas, e/ou crenças religiosas da participação nas cooperativas
- b) Garantir que os valores das cotas-partes para tornar-se membro não sejam um valor muito alto que seja excludente
- c) Garantir que os membros assumam suas responsabilidades dentro da cooperativa
- d) Tornar a cooperativa acessível para pessoas com necessidades especiais
- e) Garantir oportunidades para a renovação das lideranças pelos jovens
- f) Controlar o volume de transações comerciais com não-membros para que esse não se torne maior do que os praticados pelos membros da cooperativa

2º PRINCÍPIO: CONTROLE DEMOCRÁTICO DOS MEMBROS

Cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na definição das políticas e nas tomadas de decisão. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Em cooperativas primárias os membros possuem direitos de votos iguais (um membro, um voto) e cooperativas em outros níveis também são organizadas de uma forma democrática.

- a) Utilizar a tecnologia para aumentar o nível de engajamento dos membros
- b) Criar um estatuto e regimentos que garantam o controle democrático verdadeiro pelos membros, evitando a usurpação do poder por elites ou grupos dominantes
- c) Assegurar que os comitês e conselhos eleitos representem a diversidade dos membros da cooperativa
- d) Disponibilizar informações aos membros para que eles possam acompanhar as atividades da cooperativa de forma abrangente e em linguagem acessível a todos os membros
- e) Garantir que os membros possam decidir em questões estratégicas dos negócios
- f) Assegurar que os representantes eleitos e administradores ajam de acordo com os interesses dos membros da cooperativa

3º PRINCÍPIO: PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS

Membros contribuem de forma igualitária para, e democraticamente controlam, o capital de sua cooperativa. Ao menos parte do capital normalmente é propriedade comum dos cooperados. Membros normalmente recebem uma compensação limitada, se alguma, pelo capital subscrito como uma condição para a associação. Membros alocam os recursos excedentes para qualquer um dos seguintes propósitos: desenvolver a sua cooperativa, criando reservas, que será ao menos parcialmente indivisível; beneficiando membros na proporção de suas transações com a cooperativa; e prestando suporte a outras atividades aprovadas pelos membros.

Quadro 03 - Principais Características e Práticas dos Princípios Cooperativistas

(continuação)

- a) Colocar em um mesmo nível de igualdade as aspirações econômicas, culturais e sociais dos membros
- b) Impedir que as quotas-partes que tornam as pessoas membros das cooperativas se torne fonte de especulação financeira
- c) Oferecer remuneração limitada, se alguma, ao capital investido pelos membros para evitar a especulação
- d) Criar regimentos que garantam que parte do capital se torne propriedade comum da cooperativa e não possa ser retirado pelos membros, mesmo no caso de dissolução
- e) Assegurar que as sobras líquidas sejam utilizadas de acordo com as prioridades cooperativistas: desenvolvimento da cooperativa; modernização física e de recursos humanos; desenvolver novas atividades cooperativistas; pagar refundo de patronagem aos membros; apoiar atividades culturais e sociais nas comunidades da qual a cooperativa faz parte.

4º PRINCÍPIO: AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

Cooperativas são organizações de ajuda-mútua e autônomas controladas por seus membros. Caso elas entrem em acordo com outras organizações, incluindo governos, ou levantem capital de fontes externas elas o fazem de forma a garantir o controle democrático por seus membros e manter a autonomia de sua cooperativa.

- a) Engajar a cooperativa no embate político por legislações mais adequadas as especificidades dos empreendimentos cooperativistas
- b) Garantir que acordos e parcerias com governos e outras empresas não tirem a autonomia e independência das cooperativas
- c) Manter o financiamento interno como a principal fonte de recursos da cooperativa, para evitar que o financiamento externo possa colocar em perigo sua autonomia e independência
- d) Assegurar que a cooperativa não se torne dependente de poucos grandes fornecedores ou clientes que possam exercer sobre ela influência desproporcional

5º PRINCÍPIO: EDUCAÇÃO, TREINAMENTO E INFORMAÇÃO

Cooperativas provem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, administradores e funcionários para que esses possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua cooperativa. Informam o público geral, particularmente os jovens e líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

- a) Trabalhar a educação em seu sentido mais amplo extrapolando os conhecimentos específicos ao empreendimento e trazendo educação que torne os membros autoconfiantes também em outros aspectos de suas vidas
- b) Educar os membros e a população geral sobre o cooperativismo, visando aumentar a consciência sobre os valores e princípios cooperativistas
- c) Realizar auditorias anuais para garantir que os conselhos e comitês possuam as habilidades e expertise necessárias para a correta governança da cooperativa e condução dos negócios, e caso existam lacunas promover treinamento adequado para supri-las

Quadro 03 - Principais Características e Práticas dos Princípios Cooperativistas

(conclusão)

6º PRINCÍPIO: COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS

Cooperativas servem seus membros de forma mais eficiente e fortalecem o movimento cooperativista trabalhando unidos em estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

- a) Incentivar a cooperação entre cooperativas como parte crucial da expansão da iniciativa cooperativista na economia
- a) Organizar estruturas que facilitem e permitam a ajuda e cooperação entre cooperativas
- b) Utilizar a identidade compartilhada do cooperativismo para divulgar a identidade cooperativista
- c) Buscar pela ajuda-mútua melhorar a sociedade ao transformá-la em uma riqueza comum cooperativista

7º PRINCÍPIO: PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE

Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades em políticas aprovadas por seus membros.

- a) Colocar em ação as melhores práticas da responsabilidade social preocupando-se com as necessidades materiais e imateriais de sua comunidade dentro dos limites de sua capacidade financeira
- b) Contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social nas sociedades nas quais as cooperativas operam
- c) Engajar-se no combate à degradação do meio ambiente, procurando abraçar iniciativas sustentáveis como o consumo verde, agricultura sustentável, energias renováveis, e outras políticas de iniciativas ambientais

Fonte: Adaptado de ACI (2015)

Em uma segunda etapa da análise foi realizada uma discussão sobre a categorização dos artigos. Nesta segunda etapa foi selecionada uma segunda amostra de artigos a partir da primeira amostra dos 35 artigos selecionados inicialmente, essa segunda amostra foi não probabilística, sendo que o critério para a seleção dos artigos para discussão se baseou na seleção dos artigos que possam ilustrar melhor os esforços de objetivação realizado na etapa de categorização dos artigos como correlacionando-se positivamente ou negativamente com os princípios cooperativistas.

Para essa segunda etapa da análise também será utilizado como apoio o quadro elaborado por Serva (1997), que relaciona as racionalidades de Guerreiro Ramos com a prática nas empresas, reproduzido na p.42. Essa segunda etapa da análise não pretende aprofundar-se na discussão crítica a respeito das correlações nos artigos sobre o cooperativismo, mas somente apresentar brevemente pontos que podem ser futuramente discutidos em um estudo de maior complexidade.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Embora o cooperativismo remeta à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale de 1844, e antes disso às teorias dos chamados socialistas utópicos⁸, pode-se afirmar que, como modelo de empreendimento, no que diz respeito às esferas organizacional, legal e identitária, o cooperativismo ainda é um modelo em formação.

Diferente das doutrinas capitalista e comunista que são exaustivamente discutidas e empiricamente testadas à exaustão, o cooperativismo ainda conta com pouco esforço acadêmico no que diz respeito às áreas necessárias para seu desenvolvimento.

Na esfera organizacional faltam teorias que considerem as especificidades cooperativistas, e portanto, a utilização de teorias elaboradas para empreendimentos controlados por acionistas são utilizadas para analisar cooperativas, sem considerar as diferenças entre os modelos organizacionais.

Conceitos como risco, eficiência e eficácia, POC3, entre outros, são utilizados considerando os objetivos dos empreendimentos controlados por acionistas, voltados para o lucro. Mas nem sempre esses objetivos são comuns aos empreendimentos cooperativistas, que embora visem a realização de sobras líquidas, também possuem objetivos sociais.

O conceito de risco, por exemplo, precisaria considerar não somente os riscos econômicos, mas também os demais desafios enfrentados pelas cooperativas, como as tentativas de desmutualização das cooperativas.

A desmutualização de uma cooperativa pode ocorrer de diversas formas, pela dependência de agentes financeiros que acabe tirando a autonomia das cooperativas, por relações econômicas que tornem as cooperativas dependentes de poucos clientes, por uma legislação nacional que dificulte o exercício pleno das cooperativas dentro das suas características específicas, pela ação fraudulenta de gestores, e até mesmo pela perda da identidade cooperativista.

Não é difícil verificar como essas situações podem levar à desmutualização de uma cooperativa. A dependência de agentes financeiros, estando as cooperativas sujeitas aos contratos de financiamento com esses agentes, pode colocar em risco o patrimônio da cooperativa, quando exigido como contrapartida nesses financiamentos, assim como, os juros

⁸ É importante destacar que os chamados socialistas utópicos não era um grupo coeso, de fato não chegavam a formar um grupo, sendo indivíduos que se guiaram por suas próprias vontades. O termo socialistas utópicos foi criado pelos marxistas que o utilizaram a designação em um sentido negativo e em contraposição ao socialismo científico que era como consideravam o marxismo.

cobrados por esses financiamentos podem colocar em risco a capacidade da cooperativa de realizar sobras líquidas.

A dependência de poucos clientes pode levar às cooperativas a ficarem sujeita ao controle do preço pago pela sua produção pelos clientes, uma vez que essa não tenha outras opções para escoar a sua produção, e também impedir a cooperativa de explorar outras opções de mercado. Essa questão também deve ser considerada no momento de elevar a produção para a realização de ganhos de escala, pois muitas vezes isso ocorre visando um cliente específico, da qual a cooperativa se tornará dependente, principalmente considerando que inevitavelmente os investimentos para a produção em escala aumentam os custos fixos de um empreendimento, e que muitas vezes, caso ocorram conflitos com os clientes, não será possível realizar um desinvestimento.

Portanto, uma estratégia de minimização de risco que vise somente aumentar a lucratividade, e que em contrapartida possa aumentar os riscos de desmutualização, não atenderia os objetivos para o desenvolvimento de um modelo de empreendimento cooperativista. Para que se desenvolva um modelo organizacional cooperativista mais consistente, é necessário que as estratégias de gerenciamento de risco criadas com foco nas empresas controladas por acionistas sejam adaptadas às cooperativas, considerando os riscos de desmutualização.

Da mesma forma, soluções de eficiência e eficácia, ou POC3, que desconsiderem as peculiaridades de gestão do modelo de empreendimento cooperativista, como a gestão democrática, também não estão considerando as diferenças entre os modelos. É notório que gestões democráticas apresentam grandes desafios, não somente para empreendimentos atuantes no mercado, mas também para Estados, instituições públicas, ou qualquer atividade que envolva gestão e democracia. E, quanto mais democrática for uma gestão, maiores serão os custos de agenciamento. Entretanto, se a gestão democrática é um valor indissociável da identidade daquela entidade em questão, não se pode adotar soluções que minimizem a democracia em prol de redução de custos, pois isso descaracterizaria a entidade. Ainda mais, considerando que virtualmente existem infinitas soluções aplicáveis a um mesmo problema organizacional, pode-se procurar soluções que diminuam os custos de agenciamento, sem diminuir sensivelmente a gestão democrática. Como soluções voltadas para a Tecnologia da Informação, que têm ajudado cada vez mais a diminuir distâncias e aumentar o acesso à informação na sociedade atual.

Portanto, embora certamente existam teorias que possam ser aplicadas sem adaptação ao modelo de empreendimento cooperativista, por não irem contra especificidades do modelo, existem outras que precisariam de considerações mais profundas para não atuarem antagonicamente aos princípios e valores cooperativistas.

Em relação à esfera legal, está em constante desenvolvimento, sendo determinada não somente pelas leis, mas também pelas decisões judiciais que envolvem o cooperativismo. Sendo que a falta de um modelo organizacional bem delimitado acaba impactando tanto na criação das leis que dizem respeito ao cooperativismo, como nas decisões judiciais envolvendo cooperativas. Conforme descreve a pesquisadora Alcântara (2014 p.944) ao apontar para a dificuldade de delimitar a estrutura institucional cooperativista, em relação às estruturas de trabalho assalariado e empreendedorismo individual que prevalecem na experiência social brasileira. A autora aponta, por exemplo, as recorrentes ações judiciais contra cooperativas de trabalho que utilizavam a estrutura legal das cooperativas para flexibilizar a mão de obra de empresas controladas por acionistas, retirando dessas empresas a obrigação do pagamento de direitos trabalhistas. De acordo com a autora, caso como estes são recorrentes e levaram essas falsas cooperativas a receberem apelidos próprios como “cooperfraudes” ou “coopergatos”.

Dessa forma, a esfera legal, referente ao cooperativismo, acaba sendo afetada também pela relação que se estabelece entre o modelo organizacional cooperativista e os modelos que mais prevalecem nas relações de trabalho, que são os relacionados as empresas controladas por acionistas. Pois, se as cooperativas utilizam de práticas que são as mesmas das empresas controladas por acionistas, ou são utilizadas pelas empresas controladas por acionistas para burlar o sistema de trabalho, distanciando-se dos valores e princípios cooperativistas, acabam afetando negativamente o desenvolvimento da legislação cooperativista.

Uma possível consequência negativa para a legislação cooperativista é que essa se desenvolva para apoiar as grandes cooperativas, que se aproximam cada vez mais das empresas controladas por acionistas, e acabem por dificultar o desenvolvimento de cooperativas que se mantenham mais próximas dos valores e princípios cooperativistas.

Esse dilema fica claro ao citar-se a questão do autofinanciamento frente ao financiamento por entidades financeiras. No 4º Princípio Cooperativista, que fala sobre a Autonomia e Independência das cooperativas, fica claro que estas devem priorizar o financiamento interno como fonte primária de recursos. Entretanto, na busca de

competitividade pelo ganho em escala, muitas cooperativas precisam buscar financiamento nas instituições financeiras.

Mesmo com a indicação clara dos princípios cooperativistas para a priorização do financiamento interno, caso o financiamento por instituições financeiras se torne parte fundamental a manutenção das atividades das cooperativas, e sem que a legislação trate de forma mais clara sobre a questão, essa prática pode acabar se sobrepondo a esse princípio cooperativista.

A questão do autofinanciamento frente ao financiamento por instituições financeiras, tem implicações que se iniciam na necessidade de ganho com economias de escala, mas vão muito além dessas. Afetam o modo de produção das cooperativas, seus objetivos e *stakeholders*, a forma de gestão, e principalmente, são uma porta de entrada do capital especulativo nas cooperativas, o que representa a maior diferença entre os objetivos das empresas controladas por acionistas, que são voltadas para o lucro, e as cooperativas, que têm objetivos socioeconômicos.

Em relação à questão identitária, no Brasil o cooperativismo passou por diversas fases distintas, o que desenvolveu diversos tipos de empresas cooperativistas, configuradas a partir das exigências vigentes na fase em que surgiram. Essas mudanças no cenário nacional são apontadas pelos pesquisadores Costa, Amorim Júnior e Silva (2015 p.113), os autores descrevem que inicialmente o cooperativismo no Brasil surge como uma estrutura para a monocultura exportadora de café; isso se modifica com a crise na década de 1920, que leva o governo a adotar o cooperativismo como forma de amenizar a crise, escoando a produção das pequenas propriedades, incentivando a policultura, e abastecer os centros urbanos, essa política durou até 1965, e ocorreu nesse período um grande crescimento do número de cooperativas, que saltam de 105 para 4.627; em 1966, entretanto, o governo intensificaria o controle sobre as cooperativas, determinando que as mesmas só poderiam funcionar com autorização do Estado, o governo cria a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) em 1969, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), e promulga a Lei nº 5.764/71, direcionando as atividades das cooperativas para a produção de commodities com foco na exportação, o que leva a uma queda no número de cooperativas para 2.637 em 1973; com o processo de redemocratização na década de 1980, iniciativas da sociedade civil, movimentos sindicais, e movimentos sociais, adota-se um novo modelo para o cooperativismo, baseado no conceito de agricultura familiar e economia solidária, abarcando uma série de

empreendimentos com grandes diferenças entre si.

Com essa grande variedade de direcionamentos do cooperativismo no Brasil, e a forte intervenção do Estado em vários momentos do desenvolvimento do cooperativismo, não é estranho que a identidade cooperativista no Brasil também não possua unidade, e surjam dificuldades para o desenvolvimento de um modelo organizacional consistente.

Também vale ressaltar que a intervenção do Estado que cause a perda de autonomia das cooperativas é apontada no 4º Princípio Cooperativista, sobre a Autonomia e Independência das cooperativas como algo prejudicial ao cooperativismo. E que embora o apoio do Estado com incentivos ao cooperativismo e desenvolvimento de legislações que propiciem o desenvolvimento do cooperativismo sejam boas para o cooperativismo; políticas que restrinjam a autonomia das cooperativas como empreendimentos independentes, criados para refletir a autodeterminação de seus membros, vão contra o princípio da autonomia e independência das cooperativas.

Estados que utilizem a força de trabalho dos cooperados para fins próprios à política de um determinado governo, vão contra os princípios e valores cooperativistas, sendo ruins para o desenvolvimento do cooperativismo.

Considerando esses aspectos levantados em relação ao cooperativismo, pode-se verificar que diferente de outros modelos organizacionais já consolidados, o cooperativismo ainda é um modelo em formação, que apresenta uma variedade de formas conflituosas entre si. E que, portanto, necessita ser ainda trabalhado para que essas dificuldades sejam superadas.

Neste sentido, a produção acadêmica a respeito do cooperativismo adquire especial importância, pois ela influencia as práticas organizacionais, a criação de legislações mais adequadas, e a consolidação da identidade cooperativista.

Dessa forma, tendo por base os princípios e valores cooperativistas, considerados centrais para a identidade cooperativista, assim como para o estudo de modelos organizacionais que desenvolvam as potencialidades do cooperativismo, e também para as questões de criação de legislações e políticas públicas que auxiliem o cooperativismo, esta pesquisa buscou analisar uma amostra da produção acadêmica sobre o cooperativismo, procurando identificar se as soluções propostas pelos artigos para os respectivos problemas levantados se correlacionaram positivamente ou negativamente com esses Princípios e Valores.

Como resultado da análise, constatou-se que, dos 26 artigos selecionados na amostra final, 5 se correlacionaram negativamente com os Princípios e Valores Cooperativistas, ou seja, considerou-se que as soluções propostas para os problemas levantados afastariam as cooperativas dos Princípios e Valores, impactando na perda da identidade cooperativista; e 21 artigos se correlacionaram positivamente com os Princípios e Valores Cooperativistas, ou seja, considerou-se que as soluções propostas para os problemas levantados aproximariam as cooperativas dos Princípios e Valores, impactando no fortalecimento da identidade cooperativista.

Como forma de clarificar o esforço de objetivação realizado na análise qualitativa desta pesquisa, nas próximas seções serão abordados pontos de alguns artigos analisados, buscando ilustrar os motivos que levaram a classificação dos artigos como correlacionando-se positivamente ou negativamente com os Valores e Princípios Cooperativistas.

4.1 Correlações negativas

Nesta seção serão analisados alguns dos artigos classificados como realizando uma correlação negativa com os princípios cooperativistas. Procura-se com essa discussão apresentar o esforço de objetivação realizado para a classificação dos artigos, ao destacar-se pontos principais dos artigos e demonstrar a sua relação com os princípios cooperativistas.

No artigo “Cooperativismo Agropecuário: Os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro”, os autores Gimenes e Gimenes (2006) analisam a estrutura de financiamento das necessidades líquidas de capital de giro (NLCG) de cooperativas agropecuárias paranaenses, buscando compreender se as fontes principais de financiamento são internas ou se dependem de agentes externos.

Ao final do artigo, os pesquisadores (*ibid*) concluem que as cooperativas da amostra analisada não conseguiram alcançar um equilíbrio em sua estrutura financeira, e que não estão conseguindo financiar suas NLCG com recursos próprios, ou seja, pelo autofinanciamento. A análise indicou que a maior parte das cooperativas utiliza recursos de terceiros de curto prazo para o financiamento das suas NLCG, o que implica em elevadas taxas de juros.

Do ponto de vista dos princípios cooperativistas a situação identificada pelos pesquisadores poderia ser entendida como um desvio dos objetivos cooperativistas, uma vez que o 4º Princípio, que trata sobre a autonomia e independência das cooperativas, afirma que,

uma das prioridades para as cooperativas é manter o financiamento interno como a principal fonte de recursos das cooperativas, procurando evitar que o financiamento externo possa colocar em risco sua autonomia e independência.

Gimenes e Gimenes (2006) identificam que a dependência das cooperativas analisadas do capital de terceiros representa efetivamente um problema para as cooperativas, aproximando sua visão neste aspecto dos princípios cooperativistas.

Entretanto, os elementos que levaram ao artigo ser classificado nesta pesquisa como se correlacionando negativamente com os princípios cooperativistas dizem respeito às soluções apontadas pelos pesquisadores.

Os pesquisadores (*ibid*) propõem como possível solução para o financiamento das cooperativas a abertura direta de capital, em detrimento do autofinanciamento como forma viável de financiamento para as cooperativas. Como argumento principal, afirmam que o autofinanciamento não seria capaz de dar suporte às operações das cooperativas no longo prazo, assim como não seria suficiente para garantir “eficiência” às cooperativas.

Fica evidente, portanto, que as soluções apontadas pelos autores afasta as cooperativas do modelo organizacional cooperativista baseado em seus princípios cooperativistas, aproximando-as do modelo organizacional das empresas controladas por acionistas.

Ao criticar o autofinanciamento como forma principal de financiamento das cooperativas, e criticar a eficiência desse sistema para o desenvolvimento das cooperativas, os autores (*ibid*) têm como base uma estratégia específica de crescimento do empreendimento, visando ganhos em escala, e também visando a competição globalizada e exportadora.

Essa estratégia, entretanto, não deveria ser considerada como a única opção estratégica para o desenvolvimento das cooperativas, como colocam os autores, e sim, uma dentre as possíveis estratégias de desenvolvimento.

A estratégia baseada em custos ocorre em parte das cooperativas brasileiras, mais especificamente nas cooperativas criadas com foco na exportação de *commodities*. De forma geral, as cooperativas que adotam esse modelo estratégico são as que mais se aproximam das empresas controladas por acionistas, e muitas foram criadas contrariando outros valores e princípios cooperativistas, como a livre iniciativa de associação, sendo fruto de políticas do Estado para sustentar políticas exportadoras do país na época em que foram fundadas.

Experiências de abertura de capital das cooperativas já foram registradas em países como a Alemanha, Israel e Canadá, entretanto, o resultado esperado inicialmente que seria o

crescimento das cooperativas e a sua capitalização não se concretizou; o que ocorreu foi a desmutualização das cooperativas pela entrada do capital especulativo, e sua conversão de cooperativas em empresas controladas por acionistas⁹.

O artigo dos pesquisadores Gimenes e Gimenes (2006) acaba por voltar-se então para a crítica do autofinanciamento em si, e por essa razão a sua classificação nesta pesquisa como correlacionando-se negativamente com os princípios cooperativistas.

Acredita-se que para correlacionar-se positivamente com os princípios cooperativistas a crítica poderia ter sido feita aos fatores que fazem com que o autofinanciamento não seja viável no caso das cooperativas específicas, e não ao autofinanciamento.

Neste sentido, os pesquisadores consideram na própria fundamentação da sua pesquisa que o problema relacionado ao autofinanciamento surge com a estratégia de crescimento para ganhos em escala. Conforme reproduz-se a seguir o excerto de Parliament e Lerman (1993 *apud* Gimenes e Gimenes 2006 p.404) que constata, “quando as cooperativas crescem, há uma diminuição da proporção de capital próprio em relação ao capital de terceiros”, e esta nova proporção seria a responsável pelas dificuldades para a contratação de novos créditos com melhores condições de pagamentos.

Dessa forma, as cooperativas que enfrentariam os maiores problemas de financiamento das NLCG são as grandes cooperativas.

Vale levantar o questionamento sobre se uma vez que as cooperativas cresçam a ponto de perder características cooperativistas, como a gestão pelos associados, a capacidade de autofinanciamento, e os vínculos com a comunidade de origem e seus objetivos socioeconômicos, elas ainda deveriam manter o status de cooperativas, ou se não se deveria propor uma transição dessas cooperativas para empresas controladas por acionistas.

Isso pois é possível que com o crescimento econômico dessas cooperativas, elas acabem exercendo uma influência negativa sobre as teorias e políticas voltadas para as cooperativas em geral, e conseqüentemente acabem sufocando o desenvolvimento de cooperativas menores, que atuem mais próximas das necessidades das suas comunidades e dos princípios cooperativistas.

No artigo “Os Valores da Economia Solidária”, o pesquisador Azambuja (2009) procura identificar quais os perfis ideológicos dos trabalhadores de duas cooperativas de

9 BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Tendências do cooperativismo agropecuário no mundo e os desafios para o Brasil. **Observatório do Cooperativismo USP-FEARP-OCB**. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/pagina_detalhe.php?id_pagina=60> Acesso em: 21-02-2017

produção, contraponto a sua análise a teoria sobre economia solidária de Paul Singer.

O autor parte a sua análise das cooperativas do ponto de vista da economia solidária, conceito mais amplo e mais recente que o do cooperativismo tradicional, e também mais abrangente por incluir o cooperativismo como uma das modalidades de economia solidária mas também incluir outros modelos de empreendimentos.

Apesar da base teórica de Azambuja (2009) partir do conceito de economia solidária, o artigo foi selecionado para a análise por tratar na execução da pesquisa somente de cooperativas e não envolver os demais modelos de empreendimento incluídos na economia solidária.

Dessa forma, considerou-se válida a análise da relação entre os problemas e soluções apontados na pesquisa e os valores cooperativistas tradicionais, pois mesmo que estes não tenham sido tratados de forma explícita pelo pesquisador, estão implícitos a qualquer empreendimento cooperativista.

O pesquisador (*ibid*, p.284) parte de um conceito de co-determinação que desenvolve para explicar uma relação implícita à obra de Paul Singer, o conceito se baseia na premissa de que Singer afirmaria existir uma relação de co-determinação entre as práticas do trabalho autogerido e os valores ideológicos da economia solidária. Ou seja, que ao executar as tarefas relacionados à autogestão, como, as assembleias gerais, debates, identificação de soluções coletivas, etc., os cooperados também estariam sendo educados e incorporariam valores como a solidariedade, igualdade e participação.

Posicionando-se contra a teoria de Singer, o pesquisador (*ibid*, p.313) parte da hipótese de que a ideologia dentro de um empreendimento deve ser compreendida a partir do ponto de vista do trabalhador, afirmando que “é a partir deste último [o trabalhador] que devemos buscar compreender a heterogeneidade ideológica [dentro das cooperativas estudadas]”. Ou seja, que o papel do trabalhador dentro do empreendimento cooperativista deve ser o de produtor de valor, e não de um sujeito passivo que ao ingressar em uma cooperativa seria educado sobre os valores da economia solidária, e incorporaria esta ideologia como sua própria.

Azambuja (*ibid* p.302) identifica então três perfis ideológicos dos trabalhadores das cooperativas, de solidariedade, de assalariamento, e de instrumentalização capitalista, conforme o quadro reproduzido abaixo.

Quadro 04 – Princípios ideológicos e orientação na ação social de cada perfil ideológico.

Dimensões da análise	Perfil de Solidariedade	Perfil de Assalariamento	Perfil de Instrumentalização Capitalista
Orientação na ação social	Consolidação no modelo de cooperativismo autogestionário	Garantir para si uma certa continuidade de lógica e atitude entre o modelo de assalariamento e o de cooperativismo	Consolidação econômica do empreendimento pela inserção pura e simples no mercado
Propriedade coletiva	Igualdade	Individualismo	Meritocracia
Processo de participação	Participação Igualdade União	Individualismo Produtividade	Controle
Relação entre os pares	Solidariedade	Coleguismo	Cooperação

Fonte: Extraído de Azambuja (2009, p.302)

O autor (*ibid*) conclui que por existirem perfis de trabalhadores que não estão em sintonia com os valores cooperativistas, então, a co-determinação que estaria implícita à obra de Singer seria falsa.

Do ponto de vista desta pesquisa, considerando a análise desenvolvida por Azambuja, não se acredita que a existência de perfis diversos dentro de uma cooperativa invalidaria a relação entre práticas de cooperação e educação para os valores do cooperativismo. Ao contrário, considera-se que a existência de perfis diversos está de acordo com a crítica sociomórfica realizada por Guerreiro Ramos, e a coexistência de racionalidades instrumental e substantiva em uma cooperativa.

Conforme levantou-se na fundamentação que embasa esta análise, a partir da compreensão dos conceitos levantados por Guerreiro Ramos (1989) para determinar os conceitos de racionalidades instrumental e substantiva, e da interpretação dos princípios e valores cooperativistas de acordo com as Notas de Orientação da ACI (2015), as cooperativas deveriam ser compreendidas como organizações onde as racionalidades instrumental e substantiva coexistem dentro de um certo equilíbrio. E isso seria um ponto que as diferencia das empresas controladas por acionistas, onde a racionalidade instrumental é predominante, em desequilíbrio com a racionalidade substantiva.

Dessa forma, comparando os perfis identificados por Azambuja (2009) e a tabela desenvolvida por Serva (1997), reproduzida na página 42, pode-se verificar que enquanto o

perfil de solidariedade se identifica com as formas de ação substantiva, os perfis assalariado e de instrumentalização capitalista se identificam com as formas de ação instrumental.

Portanto, compreende-se que não existe uma relação inconciliável entre os perfis identificados por Azambuja (2009), entretanto, seria necessário verificar se não existe um grande desequilíbrio entre as racionalidades substantiva e instrumental dentro das cooperativas estudadas, para que essa mantenha as características cooperativistas. Pois o risco de desmutualização pode aumentar caso a racionalidade instrumental se torne predominante em uma cooperativa, tanto pela perda das características identitárias, quanto por decisões técnicas que afastem as cooperativas dos princípios cooperativistas.

Em relação à classificação do artigo “Os Valores da Economia Solidária” como correlacionando-se negativamente com os princípios cooperativistas, compreendeu-se que o artigo aponta na direção contrária ao 5º Princípio, que trata da educação, treinamento e informação, mais especificamente sobre trabalhar a educação junto aos cooperados no sentido mais amplo, extrapolando os conhecimentos necessários à execução da função, e com o intuito de tornar os membros autoconfiantes em outros aspectos de suas vidas; e também em relação ao valor de educar os membros e a população geral sobre o cooperativismo, visando aumentar os valores e princípios cooperativistas.

Compreende-se que, embora, a coexistência de perfis em uma cooperativa não represente algo prejudicial, existe ainda um desequilíbrio no mercado e na experiência social no Brasil que pende para o lado da instrumentalização capitalista e do assalariamento, de forma que é a prática do 5º Princípio, que fala sobre a educação cooperativista, é importante para alcançar-se um equilíbrio entre as racionalidades instrumental e substantiva, e viabilizar o desenvolvimento das cooperativas.

Esse fator é extremamente relevante ao considerarmos que o modelo organizacional cooperativista ainda é um modelo em formação, sob constante risco de sofrer desmutualizações, e portanto, precisa do apoio educativo sobre seus valores e princípios para proteger sua identidade.

Na pesquisa “Portfólio de produção agropecuária e gestão de riscos de mercado nas cooperativas do agronegócio paranaense”, os autores Moreira, Barros e Protil (2011) propõem uma estratégia de gestão de riscos e eficiência econômica. Para esse fim, os pesquisadores buscaram traçar duas fronteiras de eficiência produtiva utilizando o modelo de análise E-V de Markowitz.

A primeira fronteira de eficiência visou o aumento do retorno econômico (margem bruta) e a manutenção das mesmas taxas de risco (variância na produção), e a segunda fronteira visou a diminuição dos riscos mantendo-se o mesmo retorno econômico. Os pesquisadores também buscaram identificar junto aos gestores quais os fatores que poderiam influenciar a não adoção dessas fronteiras produtivas como base para o portfólio produtivo das cooperativas.

Como resultado, os pesquisadores (*ibid*, p.333) identificaram que seria possível melhorar o desempenho econômico das cooperativas pela utilização da fronteira de eficiência, entretanto, constataram que embora do ponto de vista econômico e teórico as fronteiras representassem opções mais eficientes, a aplicação prática desses conceitos implicaria na necessidade de aumento de investimentos, assim como outras implicações sociais relacionados as especificidades das cooperativas.

Para avaliar os motivos que poderiam determinar a adoção ou não dessas fronteiras produtivas foram enviados questionários para serem respondidos pelos gestores das cooperativas, com opções que buscavam identificar quais os critérios impediriam a aplicação dessas fronteiras, conforme o quadro reproduzido a seguir.

Quadro 05 - Motivos para Não Investir ou Incentivar a Produção dos Itens do Agronegócio Considerados no Modelo de Análise Retorno-Risco.

(continua)

Motivos	Objetivos
1 Desequilíbrio entre os objetivos econômico e social da cooperativa	Investigar se a doutrina cooperativa, refletida nos objetivos sociais que enfatizam as diferenças entre as cooperativas e outras organizações mercantis, poderia exercer algum grau de influência nas decisões que causariam impacto no grau de diversificação da cooperativa e dos cooperados
2 As opções são contrárias aos princípios da cooperativa	Investigar se ainda haveria algum indício da influência da doutrina cooperativa nas decisões sobre investimentos ou incentivos a diversificação.
3 Não promoveria o bem-estar comum	Avaliar quais itens não seriam opções desejáveis na tentativa de diversificação. Esses itens representariam as atividades às quais as cooperativas poderiam ter mais resistência em investir ou incentivar a produção
4 Não promoveria progresso econômico aos cooperados	Avaliar quais os itens do agronegócio que sofreriam mais resistência por parte das cooperativas na intenção de diversificar o portfólio de produção dos cooperados.
5 Incompatibilidade com o foco estratégico da cooperativa	Verificar diferenças entre os focos estratégicos das cooperativas com relação à disposição à diversificação.

Quadro 05 - Motivos para Não Investir ou Incentivar a Produção dos Itens do Agronegócio Considerados no Modelo de Análise Retorno-Risco.

(conclusão)	
6 Incompatibilidade com o histórico de produção da cooperativa	Avaliar a influência que a experiência de decisões de produção do passado poderia exercer nas decisões atuais
7 Possíveis resistências a mudanças por parte dos cooperados	Avaliar se poderia haver resistências significativas a mudanças, por parte dos cooperados, em relação às propostas de diversificação com a consequente alteração nas preferências de produção.

Fonte: Moreira, Barreiros, e Protil (2011, p.338)

Como resultado dos questionários os pesquisadores Moreira, Barros e Protil (2011, p.338) identificaram como itens mais citados para a não implementação os itens 5 e 6, seguidos dos itens 7 e 2.

Do ponto de vista desta pesquisa, baseando-se nos conceitos das racionalidades de Guerreiro Ramos, e na compreensão de que as racionalidades instrumental e substantiva deveriam coexistir nas cooperativas dentro de um certo equilíbrio, mesmo que tenso, e considerando os itens 5 e 6 como itens onde predomina a racionalidade instrumental, por visarem a rentabilidade, a utilidade, o desempenho, e o êxito/resultados; e os itens 7 e 2 como itens onde predomina a racionalidade substantiva, por visarem o entendimento, a autorrealização, autonomia, e valores emancipatórios; considerou-se que as respostas dos questionários apresentaram um equilíbrio entre essas racionalidades.

Entretanto, os pesquisadores Moreira, Barros e Protil (2011, 340) concluem que são somente os fatores da racionalidade instrumental que impediriam a implementação, e consideram que isso representa “uma visão mais racional por parte das cooperativas, em detrimento das possíveis influências da doutrina cooperativista nas decisões”, ou seja, desconsideraram a relevância identificada nas respostas no que diz respeito a sua racionalidade substantiva.

Em relação à classificação da pesquisa “Portfólio de produção agropecuária e gestão de riscos de mercado nas cooperativas do agronegócio paranaense” como correlacionando-se negativamente com os princípios e valores cooperativistas, compreendeu-se que os pesquisadores (*ibid*) ao desconsiderarem a relevância dos itens 7 e 2 como motivos para a não aplicação das fronteiras de eficiência, e as relações desses itens com os princípios e valores cooperativistas, os autores buscam afastar o modelo organizacional das cooperativas desses

princípios e aproximá-lo do modelo organizacional das empresas controladas por acionistas.

Os autores se afastariam dos princípios e valores cooperativistas, em pontos como o destacado no 1º Princípio, que trata da associação aberta e voluntária, mais especificamente em relação ao valor que diz respeito a garantir que os membros assumam suas responsabilidades dentro das cooperativas, ao separar a gestão da cooperativa dos interesses dos membros, como se compreendeu que ocorre no item 7 do questionário. No item em questão se compreende que os pesquisadores consideram os cooperados somente de um ponto de vista de influência/resistência em relação as decisões técnicas dos gestores, sendo que de acordo com os princípios cooperativistas os cooperados devem participar ativamente das decisões estratégicas.

Neste mesmo sentido, em relação ao item 7, a pesquisa também se afasta do 2º Princípio, sobre o controle democrático dos membros, mais especificamente em relação aos valores que visam assegurar que os representantes eleitos e administradores ajam de acordo com os interesses dos cooperados, e que garantam que esses possam ter a última palavra sobre as questões estratégicas nos negócios das cooperativas.

4.2 Correlações positivas

Nesta seção serão analisados alguns dos artigos classificados como realizando uma correlação positiva com os princípios cooperativistas. Procura-se com essa discussão apresentar o esforço de objetivação realizado para a classificação dos artigos, ao destacar-se pontos principais dos artigos e demonstrar a sua relação com os princípios cooperativistas.

No artigo “Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade”, o pesquisador Marschall (2009) realiza uma investigação sobre o fortalecimento da pequena propriedade pelo cooperativismo, e também sobre as motivações que levam os pequenos proprietários a se associarem às cooperativas.

Como resultado, o autor (*ibid*, p.296-297) identificou que as principais motivações que levam os pequenos proprietários a se associarem às cooperativas foram, a segurança, a assistência técnica, e o armazenamento. A segurança diz respeito a confiança na relação comercial entre cooperados e cooperativa, como a garantia de que sua produção será escoada, e que pode contar a longo prazo com a cooperativa, relação que não existia em relação às empresas controladas por acionistas com os quais os produtores negociavam antes das

cooperativas.

A assistência técnica diz respeito ao compartilhamento de conhecimentos, tecnologias, e educação social. E as estruturas de armazenamento dizem respeito a possibilidade de construir estruturas para o armazenamento conjunto da produção, o que permite maior poder de negociação por parte da cooperativa.

O pesquisador (*ibid*, p.297) também identificou que não podendo competir com ganhos de escala frente aos grandes produtores agroindustriais, a principal estratégia das cooperativas dos pequenos produtores tem sido agregar valor aos seus produtos, estratégia manifesta inclusive no estatuto das cooperativas analisadas.

A pesquisa (*ibid*, p.298-299) constata que as cooperativas têm desempenhado papel fundamental em alcançar os interesses dos pequenos proprietários, assim como defender seus interesses econômicos, evidenciando, de acordo com as respostas dos próprios cooperados, que esses acreditam majoritariamente que sem a cooperativa não teriam como continuar a produção em suas pequenas propriedades, ou continuariam com grandes dificuldades.

Em relação aos valores associados pelos cooperados em relação às cooperativas, o pesquisador (*ibid*, p.301-302) identificou que valores como, a satisfação das necessidades de socialização, e a autovalorização dos pequenos produtores, destacaram-se entre as respostas dos cooperados. Também se identificou uma forte relação familiar e identitária entre os pequenos produtores e suas propriedades, caracterizando que o sentimento identitário dos pequenos produtores, em relação ao seu estilo de vida, história, família e vínculos sociais, vai além dos retornos econômicos.

Dessa forma, o artigo foi classificado como correlacionando-se positivamente com os valores e princípios cooperativistas por buscar identificar problemas e soluções dentro de aspectos considerados fundamentais aos princípios cooperativistas, como o 2º Princípio sobre o controle democrático dos membros, ao procurar verificar se existia por parte dos membros das cooperativas a segurança de que as cooperativas agiam de acordo com os interesses de seus membros; o 4º Princípio sobre a autonomia e independência, ao questionar as relações comerciais dos membros com as cooperativas em comparação com as relações comerciais dos membros com empresas controladas por acionistas; assim como em relação ao 7º Princípio sobre a preocupação com a comunidade, ao verificar a importância dessas cooperativas no combate a pobreza e desigualdade social.

Outros pontos importantes levantados por Marschall (2009) dizem respeito a questão

identitária, que busca a valorização do pequeno produtor não somente do ponto de vista econômico, mas também como um ator social importante culturalmente; e também ao apontar o dilema estratégico entre a abordagem pela economia de escala e pela agregação de valor aos produtos, pois a busca por agregar valor ao produto parece ser uma estratégia que viabiliza muito mais a manutenção dos valores e princípios cooperativistas do que o foco em custos.

Ao permitir que a estratégia com foco na diferenciação seja realizado em pequenas propriedades, ressaltam-se os laços sociais entre os cooperados, assim como a possibilidade da autogestão democrática ser efetivamente realizada pelos membros das cooperativas.

Conforme destaca Marchall (*ibid*, p.291), estratégias de agregação de valor podem ser aplicadas às pequenas propriedades sem que suas características sejam perdidas, ao contrário, ressaltando-as, “como a comercialização de produtos que enfatizem as características da agricultura familiar (a territorialidade do local onde os produtos são feitos e o sabor dos produtos)”.

Portanto, o autor (*ibid*) se aproxima dos valores e princípios cooperativistas ao discutir em seu artigo soluções para problemas existentes no cooperativismo, mas apontando soluções que vão ao encontro desses valores e princípios, e potencializam o modelo de negócios de um empreendimento cooperativista como um todo.

Isso é importante pois virtualmente podem existir muitas soluções para um mesmo problema, mas cada solução também conduz para caminhos diferentes. Dessa forma, ao optar por soluções que aproximem os empreendimentos cooperativistas dos valores e princípios cooperativistas, o autor auxilia na formação do modelo de empreendimento cooperativista, sem ir contra suas potencialidades.

O que pode não ocorrer quando se propõem soluções que visam aproximar as cooperativas do modelo de empreendimento das empresas controladas por acionistas, pois essa abordagem pode excluir as especificidades dos empreendimentos cooperativistas, e levar o modelo de empreendimento cooperativista tão próximo ao das empresas controladas por acionistas que se perca o próprio sentido de estudar-se separadamente esses tipos de empreendimento.

No artigo “Cooperativismo e Dinâmicas Produtivas em Zonas Desfavorecidas: O caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França”, a pesquisadora Pires (2011) realiza dois estudos de caso com cooperativas de uma região francesa. A pesquisadora busca compreender como o cooperativismo pode auxiliar no desenvolvimento de regiões

desfavorecidas geograficamente, e como ocorre a mobilização das pessoas dessa região para a formação de cooperativas.

A autora (*ibid*, p.233-235) identificou que dentre as características que auxiliaram a mobilização dos trabalhadores da região se destacam, o apoio de programas do Estado, financiados pelo Fundo Europeu, que garante indenizações compensatórias para produtores que optarem por realizar seu trabalho em zonas desfavorecidas; e também o alto grau de mobilização das pessoas da região que participavam não só de suas cooperativas mas de diversas outras associações, apontando a autora que “quanto mais as atividades do agricultor eram diversificadas, tanto maior era a participação dos produtores nas associações correspondentes”.

A estratégia utilizada pelas cooperativas foi identificada pela pesquisadora (*ibid*, p.256) como uma forma de resistência, baseada no “sentimento de pertencimento a um dado território”, onde os produtores utilizam as características e tradições locais como forma de tornar seus produtos especiais, agregando valor a seus produtos a partir das características de territorialidade da região.

Conforme descreve a pesquisadora (*ibid*, p.244), a primeira cooperativa estudada, a *Société Coopérative Agricole Fromagerie des Cévennes*, comercializa queijos. A cooperativa realizou um trabalho junto aos seus cooperados com o intuito de garantir que a forma como seus queijos fossem produzidos garantissem uma Apelação de Origem Controlada (AOC), que é um certificado não somente de qualidade, mas que garante que o produto foi desenvolvido em uma determinada região, a partir de processos tradicionais.

A segunda cooperativa estudada pela autora, a *Société Coopérative Agricole Origine Cévennes*, também seguiu uma estratégia parecida ao conseguir o AOC para seu produto, cebolas adocicadas, que somente são produzidas nas regiões montanhosas.

Essa estratégia adotada pelas cooperativas permitiu não somente a manutenção da renda local dos produtores da região, como também um valor de mercado maior para os seus produtos do que outros produtores locais, conforme descreve a autora (*ibid*, p.236) ao apontar uma dependência muito maior dos outros produtores da região da cadeia produtiva das empresas multinacionais do que os cooperados.

Outro ponto destacado pela autora (*ibid*, p.245) está relacionado a diminuição de intermediários e a forma como isso influenciou os processos das cooperativas, em relação à produção de cebolas adocicadas, afirma que “diferentemente do passado, quando as

embalagens eram de 10kg, hoje o produto é acondicionado em caixas de 500g e 1kg, e é voltado para o consumidor individual”. Demonstrando dessa forma como na prática são necessárias mudanças nos processos das cooperativas para que estas atendam seus objetivos.

Em relação à classificação do artigo como correlacionando-se positivamente com os princípios cooperativistas, pode-se afirmar que o artigo apresenta diversas estratégias para o desenvolvimento econômico de cooperativas e que essas estratégias fortalecem aspectos como a autogestão e a valorização da identidade cooperativista.

Destacam-se aspectos relacionados ao 4º Princípio sobre a autonomia e independência, mais especificamente ao destacar como as estratégias adotadas permitem que as cooperativas não fiquem presas às cadeias de suprimentos das grandes multinacionais, sem que com isso seu desempenho econômico fique prejudicado, nem que os aspectos sociais e culturais da sua região sejam desconsiderados.

Outro ponto importante diz respeito ao 6º Princípio sobre a cooperação entre cooperativas, mais especificamente em relação ao funcionamento de estruturas de apoio ao desenvolvimento das cooperativas e da ajuda mútua entre as mesmas.

Vale destacar como a estratégia baseada em agregar valor a partir da territorialidade, frente a estratégia de ganho em escala, é mais vantajosa do ponto de vista dos valores e princípios cooperativistas, uma vez que permite o desenvolvimento das cooperativas sem a necessidade de grande expansão territorial, o que fortalece a autogestão democrática das cooperativas.

No artigo “Metas de Produção em Cooperativas de Recicláveis: tensões entre ambientes cooperativo e atuação competitiva”, os autores Fernandes e Pires (2016) realizam uma pesquisa descritiva buscando analisar a implementação de um sistema de metas em cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região de Campinas, SP.

Os autores (*ibid*, p.185) destacam diversos pontos de tensão presentes no trabalho das cooperativas, entre eles, a questão de gênero que impacta na divisão das tarefas, e os desafios da construção de uma estrutura operacional eficiente, sem que isso prejudique os aspectos democráticos e autogestionários das cooperativas.

O foco central do artigo gira entorno do segundo ponto de tensão destacado, a relação entre uma estrutura eficiente e as especificidades do cooperativismo. Os autores (*ibid*, p.188) enfatizam essa dificuldade ao citarem o exemplo de um empresário da região que teve conflitos dentro da cooperativa, após uma frustrada tentativa de otimizar o desempenho das

cooperativas da região, de acordo com o relato, o executivo ao tentar aplicar técnicas que obtiveram êxito em grandes empresas controladas por acionistas não conseguiu aceitar que essas técnicas não funcionariam necessariamente para cooperativas. De acordo com os autores, o empresário não aceitava considerar que fatores como o medo de demissão, e a rígida hierarquia das empresas controladas por acionistas influenciavam no sucesso da técnica; e que em uma empresa autogerida era necessária uma abordagem diferenciada.

Com essas questões em foco os pesquisadores (*ibid*, p.189) identificaram o dilema que cercava a implementação das metas, de um lado a necessidade por uma parte dos cooperados de obter uma maior estabilidade nos rendimentos, assim como uma maior equidade em relação ao esforço despendido na cooperativa; de outro lado o julgamento de alguns cooperados de que “qualquer instrumento de controle ou procedimento de organização” estaria relacionado de forma pejorativa ao “ideário de uma empresa”.

A solução para o impasse, de acordo com os autores (*ibid*, p.189), só foi possível devido a opção de realizar um grande diálogo com os cooperados, onde foram apresentadas as ferramentas de controle e os cooperados puderam discutir e decidir de forma conjunta por sua adoção.

Ainda de acordo com os autores (*ibid*, p.191) a implementação do sistema de metas foi bem-sucedido, aumentando a renda média dos cooperados em 193% durante a implementação e a data final da análise, 2006 à 2014, também houve a diminuição da flutuação nas receitas, que no primeiro semestre de 2014 haviam variado entre +5,2% em janeiro e -6,1% em maio daquele ano.

A conclusão dos autores (*ibid*, p.191) foi a de que o sucesso da implementação de um sistema de controle e gerenciamento só foi bem-sucedido pois respeitou as especificidades do empreendimento cooperativista, e porque o sistema de metas não foi no sentido de confronto às escolhas e decisões dos cooperados, mas ao contrário, adaptou-se a elas.

Em relação à classificação do artigo como correlacionando-se positivamente com os valores e princípios cooperativistas, compreendeu-se que a pesquisa coloca em evidência dilemas importantes ao cooperativismo, como o dilema entre a competitividade e a solidariedade, e a inserção das cooperativas que coexistem com empresas controladas por acionistas dentro do sistema capitalista.

O artigo também busca compreender como as melhorias em relação à eficiência dentro de uma cooperativa podem ocorrer sem que esse movimento ocorra contra os princípios e

valores cooperativistas, a saber, quando as decisões pela adoção de ferramentas são tomadas pelo entendimento e diálogo entre os cooperados.

Os autores Fernandes e Pires (2016, p.191) também destacam que muitas vezes a visão de que a cooperativa não deve adotar nenhum tipo de instrumental utilizado em empresas controladas por acionistas parte de cooperados que não têm um grande comprometimento com o desenvolvimento das cooperativas, e que têm uma visão da cooperativa como um “espaço filantrópico”, lugar de passagem até que outra oportunidade surja.

Dessa forma, os pesquisadores (*ibid*) conseguem realizar a descrição de uma interação bem-sucedida entre as necessidades econômicas e sociais, onde se conseguiu manter um equilíbrio dessas aspirações, conforme se incentiva no 3º Princípio sobre a participação econômica dos membros, mais especificamente em relação a colocar em um mesmo nível de igualdade as aspirações econômicas, culturais e sociais dos membros.

Também vale destacar, com base no quadro elaborado por Serva (1997) e reproduzido na página 42 deste trabalho, o equilíbrio entre as racionalidades instrumental e substantiva que permeia o problema e sua resolução na cooperativa estudada. Isso fica evidente pois embora as metas remetam a um caráter utilitário e instrumental de uma instituição, a forma de sua adoção pela cooperativa, tanto em relação às tomadas de decisão, quanto em relação à resolução dos conflitos, baseou-se no entendimento entre os pares, assim como nas necessidades dos próprios cooperados que almejavam um sistema com maior possibilidade de previsão de retornos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo se buscou analisar a produção de artigos sobre o tema cooperativismo publicados nos melhores periódicos brasileiros de Administração. Com essa finalidade, realizou-se uma seleção que contou com uma série de critérios qualitativos, para garantir a representatividade da amostra selecionada para os objetivos desta pesquisa.

A análise teve como objetivos específicos identificar como as publicações se correlacionam com os valores e princípios cooperativistas, que têm servido de guia e orientação para o desenvolvimento do cooperativismo mundial desde os primórdios do cooperativismo. Esses princípios e valores têm sua origem nas regras estabelecidas pelos Pobros Pioneiros de Rochdale, e atualmente são guardados, revitalizados, e constantemente debatidos com a comunidade pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI), visando manter os valores e princípios válidos dentro da sociedade contemporânea e a realidade econômica atual.

Com esses fatores em foco, procurou-se classificar as publicações como, correlacionando-se positivamente com os princípios e valores cooperativistas, ou correlacionando-se negativamente com os valores e princípios cooperativistas. A primeira categoria diz respeito aos artigos que em seus enfoques metodológicos-teóricos propõem soluções que ajudariam a aproximar as empresas cooperativistas desses valores e princípios, por exemplo, tornando-as mais democráticas em suas gestões; e a segunda categoria diz respeito aos artigos que em seus enfoques metodológicos-teóricos propõem soluções que afastariam as empresas cooperativistas desses valores e princípios, por exemplo, soluções visando aumentar a eficiência e eficácia da empresa, mas tornando-as menos democráticas em suas gestões.

Essas categorias foram consideradas importantes pelos pesquisadores, pois, frente aos perigos de desmutualização que as cooperativas enfrentam constantemente, e com base na teoria crítica¹⁰, que considera que nenhum estudo deveria desconsiderar o contexto ideológico que o cerca, os posicionamentos e escolhas dos autores que escrevem sobre o cooperativismo impactam na forma como esse se desenvolverá.

Considera-se, portanto, que ao propor soluções para um determinado problema relacionado ao cooperativismo, tão importante quanto a solução para um problema específico

10 Em um sentido amplo que não se limita à contribuição da Escola de Frankfurt, mas tem foco principalmente aos estudos críticos organizacionais, especialmente no enfoque dado por Guerreiro Ramos.

levantado em cada pesquisa, é o direcionamento de longo prazo para o qual esta solução ajudará a conduzir a teoria sobre o cooperativismo. Ou seja, direcionará o cooperativismo para um modelo de empreendimento diferente do modelo das empresas controladas por acionistas, conforme desejavam os Pioneiros de Rochdale, e portanto, mais próximo dos valores e princípios cooperativistas promulgados por esses; ou direcionará o cooperativismo para um modelo mais próximo ao das empresas controlados por acionistas, por considerar-se que é necessária essa mudança para que a competitividade das cooperativas seja mantida.

Como resultado da análise, constatou-se que, dos 26 artigos selecionados na amostra final, 5 se correlacionaram negativamente com os Princípios e Valores Cooperativistas, ou seja, considerou-se que as soluções propostas para os problemas levantados afastariam as cooperativas dos princípios e valores cooperativistas, impactando na perda da identidade cooperativista; e 21 artigos se correlacionaram positivamente com os princípios e valores cooperativistas, ou seja, considerou-se que as soluções propostas para os problemas levantados aproximariam as cooperativas dos princípios e valores, impactando no fortalecimento da identidade cooperativista.

Conclui-se, portanto, que a maioria dos autores consideraram a importância das soluções para os problemas de suas pesquisas estarem alinhadas com os princípios e valores do cooperativismo. Não se deve, entretanto, desconsiderar o impacto das publicações que se correlacionaram negativamente com os princípios e valores cooperativistas, e que adotaram uma postura gerencialista em relação às cooperativas estudadas.

Uma observação que também vale a pena ser destacada nestas conclusões diz respeito aos periódicos em si. Constatou-se que dos 5 artigos com enfoques metodológicos-teóricos orientados para o gerencialismo, 2 deles foram publicados pelo periódico Revista de Administração (FEA-USP), periódico com classificação Qualis Capes Administração, Contabilidade e Turismo A2, sendo que essas 2 publicações representam o total de artigos já publicados sobre o tema pelo periódico em questão, o que poderia sugerir uma tendência do periódico em seus critérios de seleção. O mesmo ocorre com o periódico Revista de Economia Contemporânea (UFRJ), periódico com classificação Qualis Capes Administração, Contabilidade e Turismo B1, onde outros 2 artigos classificados como correlacionando-se negativamente com os valores e princípios cooperativistas foram publicados, sendo que essas publicações também representam o total de publicações sobre o tema no periódico. O último artigo classificado nessa categoria foi publicado no periódico Sociologias (UFRGS), periódico

com classificação Qualis Capes Administração, Contrabilidade e Turismo B1, sendo que neste periódico em questão, foram publicados 1 artigo correlacionando-se positivamente e 1 correlacionando-se negativamente com os valores e princípios cooperativistas.

A tarefa desta pesquisa, que procurou então realizar a classificação das pesquisas da amostra dentro dessas duas categorias, não foi de fácil execução. As dificuldades foram relacionadas principalmente em relação à grande amplitude das informações que precisaram ser consideradas para os critérios de uma e outra categoria. E, somando-se a amplitude dessas informações, a variedade dos enfoques metodológicos-teóricos adotados pelos autores das pesquisas a serem categorizadas.

Em consequência dessas dificuldades, a criação de indicadores precisos que pudessem classificar quantitativamente os artigos em cada uma das categorias não seria possível, considerado os limites desta pesquisa.

Cada artigo analisado, portanto, precisou ser considerado individualmente, em uma abordagem qualitativa, que pudesse considerar as peculiaridades dessas pesquisas e as relações únicas construídas entre seus enfoques metodológicos-teóricos e os princípios e valores cooperativistas.

Tem-se a convicção, todavia, que neste momento de encerramento da pesquisa, a classificação dos artigos nas categorias propostas inicialmente, reflete efetivamente os posicionamentos adotados pelos autores em suas publicações.

Conforme já foi escrito anteriormente neste trabalho, não se procurou determinar qual o caminho mais adequado para o cooperativismo, se esse deveria aproximar-se do modelo de empreendimento das empresas controladas por acionistas ou manter-se alinhado aos princípios e valores cooperativistas. Este trabalho procurou somente trazer à tona o debate sobre essas questões, consideradas importantes para a teoria que envolve o cooperativismo.

Defende-se, entretanto, como um posicionamento inicial nesse debate, não determinístico, que o cooperativismo desenvolver um modelo de empreendimento diferenciado do das empresas controladas por acionistas tem mais vantagens para a sociedade.

Como argumento principal para esse posicionamento, está o fato recorrente da variabilidade como um fator fundamental para o desenvolvimento, desde a variabilidade genética que permite a natureza garantir sua evolução, até as modernas teorias econômicas, como o modelo de carteira eficiente de Markowitz.

Todas as pesquisas que são realizadas, cada uma em sua área específica, ajudam como

um todo para guiar a sociedade humana em uma ou outra direção. E é pela importância que as pesquisas acadêmicas têm nesse papel, que é necessário que se considerem sempre elementos que vão além da instrumentalidade e da solução pura e simples de um problema específico. Questões como a sustentabilidade das soluções, e a racionalidade substantiva, baseada na ética, também devem estar presentes.

Como opções para futuros estudos, que busquem dar continuidade ao debate sobre os valores e princípios cooperativistas, sugere-se que possam ser abordados alguns dilemas cooperativistas percebidos durante esta pesquisa, a saber, “gestão solidária x competitividade no mercado”, “gestão democrática x crescimento e ganhos em escala”, “diversificação da produção x commodities”, e “utilização de intermediários x venda direta aos clientes”.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTRA, Fernanda Henrique Cupertino. O Cooperativismo Segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, nº 68, 2014.
- ALIANÇA COOPERATIVISTA INTERNACIONAL. **The Guidance Notes on the Cooperative Principles**, 2015. Disponível em: <<http://ica.coop/en/blueprint-themes/identity/guidancenotes>> Acesso em: 28/09/2016
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, 2009.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo César Gomes; e SILVA, Márcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol. 53, nº 01, 2015.
- DRIMER, Alicia Kaplan de; DRIMER, Bernardo. **Las Cooperativas**. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1981.
- FERNANDES, José Ronaldo S; PIRES, José. Metas de Produção em Cooperativas de Recicláveis: tensões entre ambientes cooperativo e atuação competitiva. **Interações**. Campo Grande, v.17, n.2, 2016.
- FRANTZ, Walter. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2012.
- GAULEJAC, Vicent De. **Gestão como Doença Social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2012.
- GIMENES, Régio Márcio Toesca. GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Cooperativismo Agropecuário: Os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 2006.
- HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 Tecelões de Rochdale**. Rio de Janeiro: GB, 1933.
- KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e Ensino a Distância**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- MATARAZZO, Gustavo. BOEIRA, Sérgio Luís. Incubação de Cooperativas Populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cad. EBAPE.BR**, v.14, nº1, Rio de Janeiro, 2016.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia**

Científica. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARSCHALL, Clédio Roberto. Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade. **Organizações e Sociedade.** Salvador, v.16, n.49, 2009.

MOREIRA, Vilmar Rodrigues; BARREIROS, Reginaldo Ferreira; PROTIL, Roberto Max. Portfólio de Produção Agropecuária e Gestão de Riscos de Mercado nas Cooperativas do Agronegócio Paranaense. **Revista de Administração FEA-USP.** São Paulo, v.46, n.4, 2011.,

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Cooperativismo e Dinâmicas Produtivas em Zonas Desfavorecidas: O Caso das Pequenas Cooperativas Agrícolas do Sul da França. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 13, n. 26, 2011.

RAMOS, Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989

SERVA, Maurício. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **RAE - Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.37, n.2, p.18-30, 1997.

VEGARA, Sylvia Constant Vergara. **Método de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Editora Atlas, 2012

APÊNDICE A

Amostra de Artigos Selecionados

	Título do Artigo	Periódico	ISSN	Qualis	Ano	Categoria
1	** Representações de empreendimentos econômicos solidários sobre a Internet	TRANSINFORMAÇÃO	0103-3786	B1		
2	Determinantes da separação entre propriedade e gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO (FEA-USP)	0080-2107	A2	2012	AFASTA-SE
3	Portfólio de produção agropecuária e gestão de riscos de mercado nas cooperativas do agronegócio paranaense				2010	AFASTA-SE
4	Motivações para o Cooperativismo na Pequena Propriedade	ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE (ONLINE)	1984-9230	A2	2009	APROXIMA-SE
5	O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho				2014	APROXIMA-SE
6	Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver	TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (ONLINE)	1981-7746	B2	2008	APROXIMA-SE
7	Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro				2009	APROXIMA-SE
8	*** Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	0101-6628			
9	Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica.	CADERNOS EBAPE.BR (FGV)	1679-3951	A2	2011	APROXIMA-SE
10	As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade				2010	APROXIMA-SE
11	Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?	RAE (IMPRESSO)	0034-7590	A2	1999 *	APROXIMA-SE

	Título do Artigo	Periódico	ISSN	Qualis	Ano	Categoria
12	*** Estriagem e alisamento: usinando uma autogestão na fábrica	FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA	1984-0292			
13	Cooperativismo e dinâmicas produtivas em zonas desfavorecidas: o caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França.	SOCIOLOGIAS (UFRGS. IMPRESSO)	1517-4522	B1	2011	APROXIMA-SE
14	Os Valores da Economia Solidária				2009	AFASTA-SE
15	** Educação e cooperação: práticas que se relacionam					
16	Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua	SAÚDE E SOCIEDADE (USP. IMPRESSO)	0104-1290	B2	2014	APROXIMA-SE
17	*** Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de "economia solidária"	REVISTA KATÁLYSIS (IMPRESSO)	1414-4980			
18	*** Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas	REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS (UFSC. IMPRESSO)	0104-026X			
19	** Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (UFPR. IMPRESSO)	0104-4478	B1		
20	Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.	REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (IMPRESSO)	0103-2003	B1	2015 *	APROXIMA-SE
21	As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais				2015	APROXIMA-SE
22	* Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras.					

	Título do Artigo	Periódico	ISSN	Qualis	Ano	Categoria
23	* O cooperativismo e a gestão dos riscos de mercado: análise da fronteira de eficiência do agronegócio paranaense					
24	Avaliação de estratégias financeiras das cooperativas de cafeicultores do estado de Minas Gerais				2002	APROXIMA-SE
25	Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro.	REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA (IMPRESSO)	1415-9848	B1	2008	AFASTA-SE
26	A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo				2006	AFASTA-SE
27	** "Djunta-mon": o processo de construção de organizações cooperativas	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)	0102-6909	B1	2013	APROXIMA-SE
28	Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais	PSICOLOGIA USP (IMPRESSO)	0103-6564			
29	Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores	PSICOLOGIA E SOCIEDADE (IMPRESSO)	0102-7182	B2	2007	APROXIMA-SE
30	Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista				2007	APROXIMA-SE
31	** Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários				2005	APROXIMA-SE
32						

	Título do Artigo	Periódico	ISSN	Qualis	Ano	Categoria
33	Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros				2004	APROXIMA-SE
34	*** Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores.	INTERFACE (BOTUCATU. IMPRESSO)	1414-3283			
35	Tecnologia e inclusão social: Cooperativa Catamare	INTERAÇÕES (UCDB)	1518-7012	B2	2016	APROXIMA-SE
36	Metas de produção em cooperativas de recicláveis: tensões entre ambiente cooperativo e atuação competitiva				2016	APROXIMA-SE
37	Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense				2015	APROXIMA-SE
38	** Políticas públicas municipais e economia solidária					
39	** Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)					
40	Análise de insolvência das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais.	ESTUDOS ECONÔMICOS (SÃO PAULO. IMPRESSO)	0101-4161	B1	2004	APROXIMA-SE
41	*** Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação	ESTUDOS DE PSICOLOGIA (PUCCAMP. IMPRESSO)	0103-166X			
42	** Autonomia, cooperativismo e autogestão em Freinet: fundamentos de uma pedagogia solidária internacional.	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP. IMPRESSO)	1517-9702	B2		

* Artigo publicado com outro título em periódico diferente.

** Trata sobre outro tema falando do cooperativismo de forma geral e não sobre cooperativas.

*** Periódico não está classificado na categoria Administração, Ciências Contábeis e Turismo.